

R. E. 74102
DATA 29/04/03
AQUISIÇÃO *oferta*
COTA

PARCERIA COMUNITARIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL EM MOÇAMBIQUE

Domingos João



SUPERVISOR

Dr. João Mangachaia

Tese submetida à Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), para obtenção do grau de licenciatura em Administração Pública



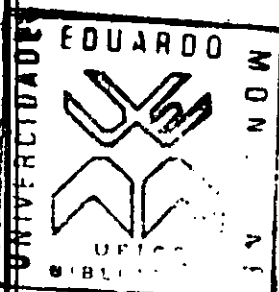
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

(UFICS)

MAPUTO, AGOSTO DE 2002

U.E.M. - UFICS
R. E. 4403
DATA 12/07/05
AQUISIÇÃO *oferta*
COTA AP-52



74

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese é resultado da minha investigação, e está a ser submetida à Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS). Ela nunca foi submetida antes à nenhuma Universidade, ou qualquer outra instituição para outros fins.

Domingos João

DEDICATORIA

Dedico este trabalho de fim do curso de licenciatura aos meus pais à título póstumo, por tanto que desejaram e sempre me encorajaram em vida que alcançasse o mundo da Ciência para conquistar a minha liberdade e a de todos quanto no presente e no futuro servirei em prol da paz e progresso. Dedico também aos meus filhos e a minha mulher, que no meio de tanto sacrifício e privações do meu convívio assumiram com responsabilidade todo o meu empenho para que esta tarefa nobre se concretizasse e servisse de fonte de inspiração para todos os meus parentes.

Domingos João

AGRADECIMENTOS

Considerando que a minha grande inspiração na concepção deste trabalho baseou-se certamente nas teorias da modernidade e pós-modernidade, o meu grande reconhecimento vai para os professores Drs Severino Ngoenha, Luís de Brito, Joel das Neves e Bernhard Weimer, pela sua contribuição neste sentido. E pelo acolhimento humano, ajuda e orientação metodológica, vai com maior apreço o meu reconhecimento e gratidão em primeiro lugar ao meu supervisor, Dr. João Mangachaia, agradeço também o inestimável apoio prestado pelos Drs. Fernanda Cabanas, Álvaro Francisco, Miguel de Brito e Salim Valá, que é extensivo aos meus amigos Wane, Olímpia e Nobre Canianga, que de uma maneira persistente aceitaram dar-me mão no que fosse necessário e no devido momento.

O meu agradecimento especial vai para a cooperação Suiça em Moçambique, por ter financiado o meu trabalho de campo; e à Visão Mundial pelo apoio concedido em meios de locomoção que permitiram o acesso às principais fontes para o meu trabalho. Por último, agradeço à todos quanto em momentos difíceis, quase de desânimo total em prosseguir com este trabalho, deram-me o apoio moral necessário até que este modesto sonho se tornasse possível.

Domingos João

ÍNDICE

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Índice.....	iv
Abreviaturas.....	v
Glossário.....	vi
Resumo.....	vii
Anexo1.....	viii
Anexo2.....	ix

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

1. Introdução.....	01
2. Objectivos.....	03
3. Contextualização.....	03
3.1- Influência dos padrões sócio-culturais nas comunidades rurais.....	04
3.2- Políticas governamentais orientadas para as zonas rurais no período pós-independência.....	08
3.3- Experiência associativa das comunidades rurais nas zonas Norte, Centro e Sul.....	09
3.4- O papel do Estado nas estratégias de desenvolvimento rural.....	04
4. Problema de investigação.....	14
5. Delimitação do tema.....	15
6. Estrutura do trabalho.....	15

CAPÍTULO II: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Experiência internacional no associativismo.....	18
2. Estratégias políticas e o associativismo em Moçambique.....	19
2.1 O associativismo como mecanismo institucional para acção participativa.....	20
3. O Compromisso do associativismo camponês para o desenvolvimento sustentável local.....	22
4. O associativismo como veículo da acção comunitária.....	23

CAPÍTULO III: HIPÓTESES..... 25

CAPÍTULO IV: METODOLOGIA..... 27

1. Pesquisa documental.....	27
2. Pesquisa de Campo.....	28
3. Procedimentos.....	29

CAPÍTULO V: CONSTATAÇÕES

1. Percepção das comunidades locais sobre o associativismo.....	32
2. Valor que o associativismo assume nas comunidades locais.....	34
2.1- Acção da Visão Mundial em Muecate e Nacarôa.....	36
2.2- Formas tradicionais de cooperação e ajuda mútua.....	37
3. Visão estratégica do governo quanto ao desenvolvimento rural.....	40

CAPÍTULO VI: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS CONSTATAÇÕES

1. Contribuição sócio-cultural no desenvolvimento de cooperação ao nível da base.....	42
2. Parceria comunitária e o desenvolvimento sustentável local.....	43
3. O papel do Estado na gestão das parcerias comunitárias.....	45

CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....46

1. Recomendações.....	48
2. Bibliografia.....	49

ABREVIATURAS

1. **ACNUR:** Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.
2. **ANRM:** Agricultura and Natural Resource Manegement Program.
3. **DPADER:** Departamento Provincial da Agricultura e Desenvlvimento Rural.
4. **MADER:** Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
5. **ONG's:** Organizações Não Governamentais.
6. **PDR:** Programa de Desenvolvimento Rural.
7. **SAAVM:** Sociedade Algodoeira Africana de Voluntários de Moçambique.
8. **USAID:** Agencia dos EUA para o Deenvolvimento Internacional.
9. **VISÃO MUNIDIAL:** Uma ONG Cristã de origem americana operando em Moçambique em programas de desenvolvimento rural e gestão de recursos naturais.

GLOSSARIO

Associação – Dispositivo organizacional baseado numa norma de ajuda mútua e que congrega pessoas independentemente de sexo, raça ou etnia para alcançar determinados objectivos individuais e colectivos.

Comunidade – Espaço social micro regido com base nas normas sociais de âmbito local visando regular questões morais e alcançar a subsistência.

Cooperativa – Tratado ou acordo de colaboração orientado para objectivos de lucro e baseado numa gestão colectiva.

Desenvolvimento Sustentável Local – Condições ou estado social criado por actores organizados de forma autónoma e com capacidade para prover um bem-estar de forma contínua, tendo em conta a preservação dos recursos locais.

Boa Governação – Condução de interesses públicos na base de um compromisso político (programas ou projectos) assumido pelo reconhecimento das preferências dos diversos parceiros interessados.

Estratégia Política – Condições sócio-económicas relevantes que um governo ou parceiros deste se comprometem a satisfazer em seus governados e enquanto acção que visa obter benefícios políticos (renovação da lealdade).

Empowerment – Habilidades potenciais de um individuo ou grupo que mediante um estímulo leva à empreendimentos relevantes orientados para auto-realização.

Democracia Participada – Práticas governativas que estabelece princípios de maior envolvimento dos diversos actores sociais nos processos decisórios.

Ganhos-Políticos – O que se espera alcançar da sociedade pelo exercício de funções políticas.

Parceria Inteligente – Procedimento estratégico na acção governativa que visa alcançar benefícios políticos e sociais na base da cooperação mutuamente vantajosa e competitiva.

Instituição Social – Organização social regida por normas acordadas com base nos princípios gerais da sociedade.

RESUMO

Inserido no contexto das transformações sócio-económicas que decorrem desde 1987 em Moçambique e com a introdução do programa de reestruturação económica (PRE), adopção de determinados mecanismos de envolvimento comunitário para a concretização de programas de desenvolvimento local tem sido parte das estratégias políticas do Governo e de diversos parceiros estrangeiros.

Este estudo pretendeu analisar e compreender os constrangimentos que decorrem da implementação das estratégias políticas orientadas para a promoção do desenvolvimento sustentável local, identificando e caracterizando a natureza e função das principais instituições de envolvimento comunitário, com destaque para o associativismo camponês nos distritos de Muecate e Nacarôa tendo mostrado ser uma das alternativas fundamentais de promoção do desenvolvimento local, pelo quadro dos valores políticos instituídos no País (democracia liberal).

Todavia, no âmbito das influências socioculturais locais, o associativismo tende a contrariar determinados princípios de gestão das instituições de origem local e que condicionam a legitimidade dos poderes dos respectivos líderes.

Esta realidade aponta para a necessidade de acomodação e conciliação de diversos interesses nas comunidades locais na intervenção de qualquer parceiro extra-comunitário, incluindo o Estado. E para o efeito, requer uma metodologia de abordagem que permita uma melhor compreensão das vantagens do associativismo sócio-económico, como fonte de promoção da competição cooperativa, condição fundamental para a criação da capacidade empreendedora, quer em termos colectivos como individualmente.

O papel do Governo deve ser entendido desta forma, como o da promoção das parcerias comunitárias através de mecanismos institucionais (o aparelho administrativo) que permita uma negociação franca e aberta das preferências sociais ao nível das comunidades locais.

CAPITULO I: INTRODUÇÃO, OBJECTIVOS E CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Introdução

O processo das transformações sócio-económicas e políticas em curso no país, desde a introdução do programa de reajustamento estrutural em 1987, mostra que o associativismo camponês nas zonas rurais assume-se num dispositivo organizacional de grande relevo para a implementação das estratégias políticas de desenvolvimento sustentável local.

O associativismo camponês emerge como reflexo da dinâmica de mudanças de carácter sociocultural, em consequência de diversas influências nos padrões de vida comunitária e que se estruturam pelo “quotidiano dos indivíduos e grupos que partilham de condições sociais comuns¹.” Esta prática tem vindo a afectar na gestão das economias domésticas e das instituições originárias tais como: as famílias; “grupos linhageiros”² e vizinhanças.

No âmbito da implementação das estratégias de desenvolvimento sócioeconómico no país (desde o período colonial ao contexto pós-independência), tem se constatado que os mecanismos de envolvimento comunitário nas zonas rurais baseiam-se não só em organizações sociais de origem local, como também naquelas que são “construídas³” como produto de influências de carácter sociocultural, económico e político, das quais o associativismo camponês constitui uma das formas mais relevantes.

As comunidades locais para além de se orientarem na base dos valores de solidariedade baseados nos princípios morais e religiosos, o contexto das diversas influências permite-as desenvolver uma visão sobre as alternativas de alcançar um bem estar social a médio e longo prazos. Razão pela qual, a prática de solidariedade converte-se num princípio de cooperação, no sentido de colaboração recíproca e para vantagens mútuas⁴.

¹ Francisco (2001:50) citando Ware (1960) na sua definição sobre comunidade

² Pessoas que pertencem a um antepassado comum ao qual se identifica numa imagem mítica /Bourdieu(1993)

³ Que representa uma forma artificial, como produto de uma aquisição por aprendizagem.

⁴ Teoria de Empowerment comunitário na perspectiva de Fawcett & White (1995)

Neste contexto, a ideia de cooperação expressa sob forma de colaboração recíproca, traduz-se ainda num processo de criação de habilidades que permitem maximizar os retornos em benefícios materiais e espirituais. Sendo esta uma prática que influencia no comportamento dos actores sociais envolvidos, constituindo uma fonte de inspiração para o espírito empreendedor (Friedman, 1996:36/37).

A função das condições socioculturais no âmbito de emergência e consolidação de instituições como o associativismo (nas comunidades locais), confere determinadas habilidades que propiciam a acção participativa nas estratégias de desenvolvimento sustentável local, quer promovidas pelo governo, ou por outros parceiros extra-comunitários.

Ela decorre como uma prática que permite a criação de bens materiais e que capacita o factor humano como incentivo para uma acção empreendedora ao nível das comunidades locais, e pode desenvolver-se numa relação de parceria no âmbito da implementação dos valores democráticos. Pois, por se esperar que as comunidades também possam contribuir a médio e longo prazos, quer em termos de “ganhos políticos”⁵, como pela sua produção no sector agrícola, constituindo uma fonte de provisão de recursos estratégicos.

Compreender desta forma os aspectos organizativos e funcionais do associativismo camponês, e na perspectiva de uma análise sobre o seu papel na acção participativa, constitui um dos aspectos fundamentais deste estudo no quadro da “teoria sistémica.” Esta, pressupõe a necessidade de articulação entre a função política, a burocracia administrativa, e os grupos de interesse num princípio que implica a prática de negociação com base numa condição institucional ao nível da sociedade (Pedone, 1986: 36). E o processo negocial reflecte-se num pensamento estratégico⁶ entre os actores envolvidos em torno dos interesses em vista.

Este estudo fundamenta-se pelo facto de, o associativismo camponês ter alcançado uma relevância para a experiência de desenvolvimento rural em Moçambique, que permite compreender as estratégias políticas e programas adoptados, sobretudo ao longo dos últimos 7

⁵ O conceito insere o sentido de benefícios políticos que se obtém pela prestação do papel dos políticos em representação do Estado (Limongi, 2000: 9/38)

⁶ Ralph (1995; 48) define como sendo o conjunto de enquadramentos analíticos e não prescritivos, supondo a existência de uma visão e benefícios a curto e longo prazos.

anos de governação pelo sistema democrático multi-partidário. O mesmo, resulta de constatações em torno dos constrangimentos decorrentes da forma de intervenção estatal através das estratégias políticas que incidem sobre as comunidades locais.

1.2 Objectivos

No quadro dos actuais valores políticos expressos pelo modelo da “democracia liberal⁷,” confere ao papel do associativismo camponês a condição institucional que as comunidades locais precisam, como parte da sociedade civil e que aspira concretizar os princípios de participação nos processos decisórios e sua implementação; um exercício de escolha das preferências sociais.

1.2.1 Objectivo geral

O presente trabalho pretende analisar e compreender os constrangimentos decorrentes da forma de intervenção estatal e de outros agentes influentes nas comunidades locais através de estratégias políticas e programas orientados para obtenção de um impacto significativo no âmbito do desenvolvimento sócio-económico, político e cultural.

1.2.2 Objectivos específicos

- Identificar alguns mecanismos adoptados ao nível das comunidades locais e que permitam a promoção do desenvolvimento sustentável local.
- Compreender a relevância prática do associativismo camponês no processo de desenvolvimento local e com base nas percepções das respectivas comunidades.

⁷ Conceito inserido no modelo de Estado de Direito, pressupondo a necessidade de participação política através de instituições apropriado (Conotilho, 1991).

1.3 Contextualização

A experiência de organização colectiva sobre os processos produção, ao nível das comunidades rurais, decorre em Moçambique desde o período colonial ao contexto pós-independência. Trata-se de uma prática que resultou da acção das influências socioculturais de origem exógena, traduzindo-se numa estratégia de legitimação da função estatal através da acção governativa e com o envolvimento dos poderes locais.

Longe de representar um mecanismo da acção governativa em si, os dispositivos organizacionais locais foram ganhando consistência ao longo dos últimos 50 anos, quer orientados pela lógica da racionalização de recursos alocados às comunidades rurais pelo Estado, como representando uma forma de uso sustentável dos recursos locais; esta prática foi habilitando nos membros das comunidades em gestão sobre os interesses específicos.

Nesta base, far-se-á uma descrição dos aspectos fundamentais da experiência de organização colectiva sobre os processos de produção no campo em Moçambique, delimitando os momentos em que tais organizações como instituição, o Estado teve um papel determinante. E quando este mesmo se subscrive como parceiro na implementação de opções políticas de desenvolvimento rural.

1.3.1 Influência dos padrões socioculturais nas comunidades rurais

A função transformadora dos padrões socioculturais adquiridos ao nível das comunidades rurais, e afectando particularmente os camponeses, tem sido identificada pelo seu papel nas políticas estatais orientadas para o desenvolvimento sustentável local⁸ no contexto actual, partindo das experiências que decorrem desde período colonial até ao presente momento.

⁸ Este conceito apesar de ser utilizado de forma variado, é relevante no aspecto que refere ao sentido de autonomia e continuidade dos processos de desenvolvimento, permitindo assegurar os interesses das gerações vindouras (Relatório de desenvolvimento humano 1998: 18).

Todavia, porque as comunidades rurais compreendem-se por formas específicas de sua organização e localização geográficas, estas tem sido avaliadas como espaços sociais que geralmente não são favorecidos na influência dos padrões socioculturais de origem exógeno. Verificando-se por isso, uma tendência de preservação dos valores de origem local que se transmitem de geração para geração, representando uma espécie de herança social.

A questão da influência sociocultural pode ser avaliada, contudo, através da atitude dos membros das comunidades, em alguns casos sob forma de rejeição ou letargia em relação as correntes que incidem sobre os seus padrões de vida, o que não permite estimulá-los para uma perspectiva de mudança social, no sentido de desenvolvimento (Furtado, 1964:26).

Nos casos em que tal influência acontece, uma das práticas mais frequentes é a da tendência para uma visão teleológica⁹ sobre os valores adquiridos, assumindo-se como um fim em si e não um meio para os objectivos de desenvolvimento sócio-económico.

A experiência de Moçambique, mostra que as condições de organização social com alguma função nos processos de desenvolvimento comunitário nas zonas rurais, basearam-se em normas específicas, mas com certa interferência do poder estatal.

As normas regentes para o exercício dos poderes tradicionais e locais foram de algum modo desvirtuadas no interesse do poder governamental, e com objectivos de exercer um controle social sobre as comunidades, não obstante aos esforços para a manutenção dos seus valores, tais como: a solidariedade e colaboração baseada na crença em tornos dos seus mitos tradicionais (Hedges & Rocha, 1993:98).

Neste contexto, percebe-se que o poder tradicional exercido na base das normas sociais específicas, comportou-se sob forma mítica, devido aos processos de legitimação dos seus titulares. As práticas rituais que caracterizam o acto de legitimação dos titulares dos poderes tradicionais associa-se ao princípio de escolha pela vontade expressa nos representantes¹⁰. As

⁹ Uma concepção segundo a qual, certos padrões socioculturais seriam um modelo universal.

¹⁰ Os chefes tradicionais agem no interesse da sua legitimação no grupo social que representa (constatação pessoal)

comunidades rurais existem dentro de uma estrutura hierárquica, na qual os diversos poderes e normas de influência exógena se complementam ou se chocam com as originais, provocando em alguns casos focos de conflitos sociais.

Os líderes tradicionais são geralmente os representantes clánicos ou de “grupos linhageiros,” constituindo um corpo de magistratura¹¹ com poderes deliberativos no interesse da comunidade. A forma de exercício deste poder reconhece-se sob princípio de crença, que prevalece como reflexo dos mecanismos de “socialização.”

A força de crença promove uma forte lealdade em torno dos líderes, chegando a manifestar-se num culto de personalidade ao nível das comunidades, o que não permite a mobilidade social.

As comunidades orientadas exclusivamente na base dos padrões socioculturais endógenas mostram-se menos susceptíveis a mudança social em prol do desenvolvimento sócio-económico, e dispõem de menor possibilidade de interacção com as diversas formas de influência exógena, incluindo as resultantes do poder estatal.

1.3.2 Contexto de assimilação sociocultural

No período colonial, verificou-se a intenção de “assimilação¹²” da cultura ocidental através dos mecanismos de influência sociocultural tais como, a escola (destinada aos nativos); o papel das congregações missionárias, sobretudo da igreja Católica, e ainda pela atribuição de poderes aos líderes comunitários. Estes últimos eram seleccionados entre os consagrados pela autoridade tradicional, com objectivo estratégico de conter focos de revolta anti-colonial no período entre 1950 a 1970, e associado a pressão política exercida pelos movimentos de libertação nas colónias portuguesas (Bowen, 2000:84).

A política de assimilação propiciava a uma diferenciação entre a população indígena, ao privilegiar aqueles que se identificavam com o poder colonial, originando uma situação que se

¹¹ Um poder colegial com direito de decidir sobre assuntos da comunidade .

¹² Wieviorka (1999:9/12) define a assimilação como processo incorporação de valores exógenos numa perspectiva da Antropologia cultural.

considera como de autêntica exclusão social das camadas sociais menos influenciadas pelos padrões sócio-culturais a que eram submetidos (Bowen, idem: 80).

Esta experiência, do ponto de vista de desenvolvimento rural, avalia-se em termos de que a prática de assimilação, quer pela instrução escolar como pelo apoio estatal aos grupos distinguidos, permitia apenas alguma promoção social, ao elevarem `a uma posição de privilégio em relação ao resto da população camponesa, facto considerado por política de elitização nas zonas rurais (Ferrinho, 1978:48). E para perspectiva de desenvolvimento rural, estes grupos representariam pelo quadro da teoria sistémica, um recurso prestável `a uma estratégia de desenvolvimento comunitário, sendo eles detentores de um espaço de negociação em defesa dos seus interesses, apesar da limitação da sua influência sobre o poder político.

No período pós-independência, sobretudo entre 1975 a 1983, o governo instituído pautou-se também por princípios similares aos da exclusão dos camponeses, não sendo estes vistos como grupo estrategicamente activo na implementação dos projectos políticos da época. Desta forma a adopção do programa de socialização do campo por mecanismos institucionais (aldeias comunais e cooperativas) e pela educação maciça, esteve relacionada ao objectivo de legitimação política do Governo instituído.

O ensino nesta época, por exemplo, era combinado com trabalho produtivo, com objectivos de incorporar na vida comunitária um padrão de valores homogéneos e de cariz ideológica. Tendo-se tratado nesta experiência também, de uma estratégia que visava conter os focos de revolta contra o sistema político instituído e que pouco contribuiu para o desenvolvimento sócio-económico nas zonas rurais.

A fraqueza dos instrumentos de socialização como a escola, esteve relacionada ao sistema de educação adoptado, que se caracterizava pela tendência de expansão cujos objectivos de qualidade eram menos relevantes¹³. Portanto, o programa de educação neste período resultou num fracasso para a estratégia de desenvolvimento rural, uma situação que se arrastou para

¹³O fracasso da política de educação explica-se pela sua excessiva orientação para objectivos ideológicos (Abrahamsson & Nilsson 1996:121)

uma crise generalizada à escala nacional em termos sócio-económico, condicionando a adopção de medidas reestruturação económica a partir de 1987.

Para o contexto actual, por um lado as condições socioculturais herdadas das experiências anteriores e as de origem endógena prevalecem como uma limitante na escolha de preferências sociais, e por outro lado, elas consolidam a prática de gestão institucional e necessária para perspectiva de desenvolvimento sustentável local.

1.3.3 Políticas Governamentais orientadas para as zonas rurais no período pós-independência

No contexto pós-independência, a característica fundamental do papel do Estado sobre as comunidades rurais, consistiu essencialmente na promoção de valores de solidariedade na base da colaboração, mas não necessariamente recíproca, segundo preconizavam as directivas económicas e sociais do III Congresso do partido Frelimo (1977)¹⁴.

“Temos insistido continuamente na importância da vida colectiva no trabalho, no estudo e na discussão da vida em comum. É aí que se forjam as boas relações, é aí que desaparece a desconfiança e aprendemos a reconhecermo-nos”

Ao nível da experiência das cooperativas, envolvendo “predominantemente mulheres¹⁵,” as aspirações eram de aquisição de meios básicos de produção agrícola que na altura eram carentes. A possibilidade de acumulação económica baseava-se apenas na aplicação da capacidade produtiva pelo trabalho colectivo, o que alimentava a expectativa de se alcançar maiores índices de produção em prol do bem-estar social colectivo.

Todavia, as expectativas ficaram frustradas pela ruptura do circuito de comercialização e pela política de preços que não incentivava a produção, “preços que eram fixos abaixo do custo social de produção” para além da carência dos factores de produção e bens de consumo

¹⁴ Relatório do Comité Central da Frelimo apresentado no 5º Congresso (1977:124).

¹⁵ As mulheres foram a base social relevante na produção agrícola nas zonas rurais em todos os momentos, segundo a constatação de Branco (1994).

(Branco, 1994: 624). Estas foram as condições em que a experiência de produção e sua organização colectiva transitaram para o actual contexto sócio-económico a partir de 1987 com a introdução do Programa de Reestruturação Económica(PRE), reforçado mais tarde com adopção da actual Constituição da República em 1990.

Neste contexto, o cooperativismo procurou conciliar-se com os pressupostos do “Estado de Direito,” cuja a promoção das virtudes espirituais como a tolerância, liberdade de expressão e igualdade perante a lei, estas condições sociais incentivaram o papel da participação na escolha de preferências sociais.

O associativismo emergente nesta base, já representa um mecanismo que visa promover o espaço da participação da sociedade civil através de instituições apropriadas. O caso dos Distritos de Muecate e Nacarôa que ocorre sob influência de agentes “extra-comunitários”, as ONG’s estrangeiras, é um dos exemplos deste processo do qual a acção participativa ao nível das comunidades rurais se orienta para o desenvolvimento sócio-económico com base em recursos locais, mobilizando sinergias em prol do bem-estar social.

O associativismo camponês nos distritos de Muecate e Nacarôa conta com apoio da Visão Mundial, e é uma prática que envolve o espírito de solidariedade pela colaboração recíproca, no sentido de que tudo o que se dá tem o seu retorno em termos de custos e benefícios. Neste caso, o apoio do Governo pela construção de infra-estruturas sociais (escolas, hospitais e estradas) tem como sua recompensa no reconhecimento do seu papel político, isto é, a sua legitimação.

1.3.4 Experiência associativa das comunidades rurais nas zonas Norte, Centro e Sul do País

O desenvolvimento sócio-económico nas comunidades rurais teve uma característica quase comum a escala nacional, desde o período colonial. Não obstante as especificidades decorrentes das condições socioculturais ao nível das grandes zonas económicas do país, este processo procurava responder as políticas desenhadas para as comunidades rurais, sobre as

quais se impunha determinados critérios de produção e organização no interesse dos sistema político instituído.

A experiência associativa identifica-se, numa primeira fase, como uma iniciativa vocacional, e não uma prática organizativa em si, visto que, pela sua natureza ela desenvolve habilidades de negociação na base do respeito mútuo e não apenas solidariedade humana. Razão pela qual o cooperativismo foi, regra geral, a experiência mais divulgada no país, cujas regiões que conseguiram atingir o nível mais avançado de organização, resultou numa transição da experiência cooperativa para as associações. Em Cabo-Delgado, região de Mueda, criou-se a Sociedade Algodoeira Africana de Voluntários de Moçambique (SAAVM), com características similares ao associativismo.

Em termos gerais, na zona Norte a prática organizativa em moldes colectivos sobre os processos de produção agrícola e sua comercialização, chegou a constituir uma espécie de movimento social de natureza rural, devido as suas especificidades no âmbito dos interesses subjacentes ao contexto sociocultural e político (Hedges e Rocha, 1993:233). Este movimento começa com a aplicação do estatuto do agricultor em 1944, visando promover e controlar a classe dos pequenos agricultores emergentes e sob influencia dos padrões socioculturais indógenas.

Em Mueda, distrito da actual província de Cabo Delgado, diversos grupos de camponeses organizaram-se em moldes colectivos para a gestão da produção agrícola, cujo exemplo mais acentuado do movimento foi o da conhecida Sociedade Algodoeira Africana de Voluntários de Moçambique (SAAVM), que traduzida em língua local (Chimakonde) consistia essencialmente numa prática de ajuda mútua "Liguilanilo", proporcionando alguns benefícios aos seus membros em bens e serviços sociais (Wadieko, entrevista: 14/05/02).

A fonte desta experiência teria sido em parte o processo das transformações sócio-políticas no país vizinho, Tânganhica, o que fortaleceu ao movimento social local conduzindo `a actos reivindicativos de natureza política. Esta realidade resultou, no âmbito do controle político do Governo colonial, no massacre perpetrado em 1960, no posto administrativo de Mueda.

Não obstante a este acontecimento trágico na história do movimento, o cooperativismo tornou-se numa experiência que se consolidou no período da luta armada de libertação nacional (nas chamadas zonas libertadas) tendo constituído um suporte estratégico para a logística dos guerrilheiros (Madebe, entrevista: 12/04/01).

O grande contributo desta experiência, em termos de desenvolvimento local, foi o da promoção do espírito de ajuda mútua (cooperação) e a criação de capacidades organizativas que permitiam ao reconhecimento do espaço dos interesses das comunidades face a influência política da época, segundo demonstram os autores Hedges e Rocha (1993:234).

“Este movimento foi apoiado inicialmente pelo Governo colonial estando inserido nas iniciativas económicas africanas nas zonas rurais, o que permitia a uma estabilidade das populações locais, com tendência a emigrar-se para Tânganhica.”

Na zona centro, houve de forma diversas algumas iniciativas similares, sobretudo em regiões como Alto Molócuè, província da Zambézia e no distrito de Angónia, em Tete. A ausência de elementos demonstrativos sobre a tendência para o associativismo não permite a apresentação substancial das características do movimento nesta zona. Contudo, uma das experiências mais estudadas sobre o movimento cooperativo em Moçambique é a da zona sul, referente as regiões de Zavala, província de Inhambane, e da Ilha Josina Machel, província de Maputo.

Na região de Zavala, o cooperativismo atingiu aos moldes de associativismo que consistiu numa acção coordenada entre os diversos núcleos do movimento, visando negociar seus interesses com o Governo Colonial. Tratava-se de uma acção representativa, embora decorresse sob forma discriminatória, tendo em conta o estatuto atribuído aos seus membros fazendo parte da população indígena (Ferrinho, 1978:48).

O reconhecimento do seu papel em termos de resolução de problemas sócio-económicos locais, justificava-se pelo apoio concedido pelo Governo colonial ao movimento cooperativo. Em Zavala, como na Ilha Josina Machel, a característica do movimento era semelhante, sobretudo

ao nível dos seus objectivos, que eram de melhorar as condições de vida dos estratos sociais influenciados pelos padrões socioculturais europeus (os assimilado), através da escolarização e promoção selectiva de certos estratos sociais como base de alianças com o regime colonial.

Foi por esta razão que a estratégia tomada incidia sobre os líderes tradicionais, alguns até criados artificialmente na base das conveniências políticas com o regime colonial e para servir de mecanismo de controle social sobre as populações indígenas.

1.3.5 O papel do Estado nas estratégias desenvolvimento rural

Historicamente, o contexto contemporâneo foi marcado pelo princípio da “racionalização política”,¹⁶ que é subjacente aos métodos de exercício do poder público. Esta pressupõe a necessidade de enquadramento jurídico de toda a função política como garante de sua eficácia.

Do ponto de vista dos valores políticos, o princípio da racionalização teria ultrapassado, de certo modo os limites da própria racionalidade do campo político, no sentido da adequação do poder político aos interesses da sociedade.

Desde a década de 1920, o papel do Estado esteve reduzido às preferências dos actores políticos, visando maximizar a satisfação da sua classe. Tratou-se de uma experiência associada na época, à emergência de regimes minoritários e racistas, de certa forma com a conivência dos Governos coloniais. A tendência da racionalização do poder político, transcendeu os parâmetros da governabilidade pelos princípios democráticos, sobretudo no período pós grande guerra, relegando para o plano da exclusividade do papel do Estado a adopção das políticas públicas (De Mello, 1993:37).

O modelo que pressupõe o envolvimento participativo da sociedade civil na escolha das preferências sociais constitui uma experiência recente, inserida no contexto da introdução do

¹⁶ Para uma abordagem substancial desta matéria pode ser consultada em de Mello (1993)

sistema da “democracia participada”¹⁷ o que permite no contexto actual `a uma maior influência da sociedade civil através de instituições apropriadas.

Assim, em termos das características fundamentais do papel do Estado em Moçambique distinguem-se pelo seguinte:

- A característica em que o papel do Estado se assume como elemento determinante no movimento da acção participativa, cujo fundamento se enquadra no “modelo racional”¹⁸ de análise do processo decisório (políticas públicas).
- A característica em que o Estado se posiciona como agente facilitador na opção dos mecanismos de participação, agindo como parceiros no processo de decisório sobre processos de desenvolvimento rural.

Neste contexto, a primeira característica do papel do Estado em Moçambique é a que se baseia no modelo de “análise racional”. Ela relaciona-se com a primeira experiência de gestão política, que decorre das três últimas décadas do período colonial e dos primeiros anos do pós-independência. A acção do Estado, neste período, manifesta-se sob forma intrinsecamente ligada aos objectivos ideológicos, de difundir valores políticos e como garante da legitimidade dos representantes do Estado.

1.3.5.1 O papel do Estado no contexto colonial

No período colonial, a intervenção estatal junto das comunidades rurais esteve ligada à estratégia de controle social, sobretudo em regiões consideradas focos de tenção política, por tendência de revolta contra o regime.

¹⁷ A democracia liberal nem sempre teve a virtude de promover a participação, representando o aperfeiçoamento do sistema no contexto contemporâneo (Pedone, 1986:38)

¹⁸ Forma de tomada de decisão que privilegia os actores políticos como representantes da sociedade inteira. (Pedone, 1986:36)

O desenvolvimento rural foi nesta base, e supondo o critério de promoção de grupos sociais indígenas (elites locais), condicionando pela criação de instituições de base, ao nível das comunidades locais e orientadas para o aumento da produção agrícola num esforço coordenado entre o Estado e estes grupos sociais ¹⁹

As experiências desenvolvidas nas regiões de Zavala e Ilha Josina Machel, confirmam o papel do Estado que se notabiliza na criação de condições de apoio, como recursos financeiros ou insumos agrícolas, para além da construção de infra-estruturas para serviços sociais (hospitais e escolas comunitárias destinados aos grupos privilegiados), embora fossem extensivos aos outros membros da comunidade (Bowen, 2000:176).

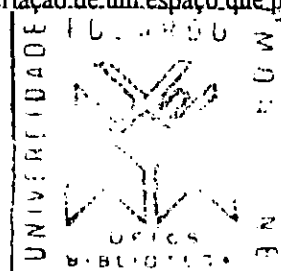
Os mecanismos institucionais adoptados nas comunidades rurais, mesmo inseridos na função de controle social, serviram também de incentivos para as iniciativas de desenvolvimento local, sem excluir contudo os efeitos da prática de diferenciação social no seio da população indígena. Assim, tanto a experiência de Zavala como a da Ilha Josina Machel que são tidas como pontos mais representativos da estratégia política de desenvolvimento rural, e se avaliada pelo seu impacto nas condições de vida de certos estratos sociais, o papel do Estado distingue-se mais pela posição determinante sobre as preferências da sociedade, isto é, pela tendência da racionalização do poder político.

1.4 Problema de investigação

O processo de desenvolvimento sustentável local decorre de uma percepção que, no plano teórico, enquadra-se na perspectiva do “empowerment comunitário.” Este como pressuposto para a sua concretização na acção colectiva, que se reflecte num comportamento “proactivo” dos actores sociais colectivamente localizados, isto é, aqueles que fazem preocupação comum uma fonte de estímulo para a melhoria das condições de vida de cada membro.

O conceito de “empowerment comunitário” dá realce ao papel da acção colectiva como produto de um processo interactivo entre os membros da comunidade. A acção comunitária

¹⁹ Os estudos realizados por Ferrinho (1978) e Bowen (2000) referem a criação de um espaço que permitia a



decorre pelo quotidiano dos indivíduos e grupos que partilham de condições sociais comuns (Francisco, 2000:50).

Nesta base, a resolução de problemas sociais pela estratégia de desenvolvimento local e sustentável local nas comunidades rurais, pressupõe o reconhecimento dos valores e interesses comuns dos actores sociais e numa intenção de boa vontade, visando usufruir dos recursos disponíveis e habilitarem-se ao seu controle pelo princípio de participação na base do respeito mútuo e reflexão crítica (Peakin & Zimmerman,1995).

A teoria de “Empowerment comunitário” minimiza o papel do desempenho individual na comunidade, que é fundamentado pela lógica da psicologia comportamental. Esta procura dar realce aos aspectos de auto-estima, auto-eficácia e competências inerentes à função das organizações tendencialmente de carácter burocráticas.²⁰

O associativismo camponês constitui um dispositivo organizacional de interesse comunitário no plano do desenvolvimento local. O seu papel ganha maior relevo pelos mecanismos de interacção entre os seus membros, ao decorrem dentro do princípio de respeito mútuo e condicionado pelo ambiente de partilha dos valores sociais comuns, numa tendência globalizante à escala da sociedade, o que chamam por valores políticos da democracia participada.

O princípio de “Empowerment comunitário” insere o sentido de que nada, sendo pela vontade individual, estimularia para o espírito empreendedor dos membros da comunidade. Visto que, cada um por si só nunca conseguiria resolver os problemas que o afecta, mas também pela tendência de que a resolução do interesse individual, estando inserido no âmbito das preocupações colectivas, seria conflitante no plano dos valores colectivos tendo em conta o aspecto de “coesão social”²¹ nas comunidades.

colocação de determinados interesses da classe da elite rural.

²⁰ Fawcett & White (1994) define as organizações burocráticas pelo princípio da racionalidade, tendo em conta o papel do indivíduo orientado para os objectivos da organização, alcançar a eficácia e eficiência organizacional.

²¹ Sobre formas de organização comunitária, consulte-se GIDDEN,A.(1999:97)

Desta forma, o papel das instituições sociais como o associativismo camponês e funcionando na base das responsabilidades que são atribuídas a sociedade civil, para o contexto actual de exercício dos direitos democráticos consagrados constitucionalmente em Moçambique, sugere em termos de análise do papel na acção participativa a seguinte questão de partida neste estudo: *“será o associativismo camponês um dispositivo organizacional apropriado para a promoção do desenvolvimento sustentável local.”*

1.5 Delimitação do Tema

Este estudo circunscreve-se apenas no aspecto do associativismo camponês inserido no âmbito das estratégias de desenvolvimento sustentável local, afectando os distritos de Muecate e Nacarôa, província de Nampula, no período entre 1995 e 2000. Este período demarca-se pela incidência de programas e projectos concebidos pelo sector público e pelas ONG's sobretudo as estrangeiras, nos quais se destaca a acção da Visão Mundial com impactos significativos nas comunidades locais.

1.6 Estrutura.

De acordo com os objectivos estabelecidos, este trabalho está estruturado da seguinte forma:

Primeiro capítulo: Introdução na qual se define o objecto do estudo as motivações do autor para a escolha do tema e sua relevância no quadro da teoria sistémica. Integra também os objectivos e a contextualização histórica, onde se faz uma breve descrição das condições de influência sociocultural nas comunidades locais, o papel do estado pelas estratégias de desenvolvimento sócio-económico, bem como as experiência de cooperativismo e associativismo desde o período colonial. O capítulo insere ainda o problema em investigação e a delimitação do estudo.

Segundo capítulo: Revisão da literatura consultada, neste faz-se o debate, demonstração dos principais conceitos operacionalizados e na perspectiva de análise do papel do associativismo camponês nas estratégias políticas de desenvolvimento sustentável.

Terceiro capítulo: Hipóteses deste trabalho e o seu fundamento no quadro da teoria sistémica para análise de políticas públicas.

Quarto capítulo: Metodologia utilizada, fazendo-se menção das fontes através das quais se obtiveram os dados da pesquisa de campo e os procedimentos utilizados.

Quinto capítulo: Constatações da pesquisa de campo na base da metodologia utilizada.

Sexto capítulo: Análise e interpretação das constatações feitas, na qual são demonstradas as virtudes da experiência associativa pelo caso estudado, nos seus aspectos particulares que viabilizam implementação de estratégias políticas de desenvolvimento sustentável local.

Sétimo capítulo: Conclusões, nas quais são apresentadas as contribuições específicas do estudo e na perspectiva de uma avaliação do processo de implementação de políticas e programas que pretendem alcançar um impacto significativo em termos de desenvolvimento sustentável local.



CAPÍTULO II: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Introdução

A perspectiva da análise sistemática sobre políticas públicas apresenta duas limitantes. Uma, sendo a de ordem metodológica e genérica, isto é, inerente a todo o processo de estudo no campo social, sobretudo quando incide sobre instituições políticas. Contudo, este método ao incidir sobre a implementação de políticas públicas, mostra-se recomendável desde o ponto de vista de avaliação do papel das instituições sociais emergentes nas zonas rurais e na adopção dos modelos alternativos de desenvolvimento sócio-económico em Moçambique.

A segunda limitante é sobre a dimensão das políticas de desenvolvimento em si, pela sua tendência multi-sectorial, pelo exemplo da "Política Agrária de Moçambique," o que dificulta o acesso de fontes de informação. Considerando estas limitantes, o foco deste estudo é sobre determinados aspectos de uma experiência comprovada em termos desenvolvimento rural, procurando reflectir de forma crítica quanto a relevância do associativismo camponês nas estratégias globais de desenvolvimento sustentável local.

Para o contexto moçambicano, e não sendo excepção deste que os seus problemas de desenvolvimento sejam abordados na perspectiva de vários modelos, interessa que este estudo incida sobre o papel das instituições sociais destinatárias das políticas e programas de desenvolvimento rural, isto é, o associativismo camponês. A perspectiva de análise sistemática concebe o processo de formulação e implementação de políticas públicas como resultado do jogo de interesses entre os políticos; a burocracia administrativa e grupos de interesse (Pedone, 1986:37).

Tendo em conta as limitações de carácter institucional, a experiência associativa em Moçambique toma-se pela iniciativa que pode contribuir para o aperfeiçoamento da implementação dos processos decisórios, um aspecto fundamental na análise do impacto das estratégias políticas desenvolvimento sustentável local.

Os parceiros extra-comunitários intervêm para introduzir uma certa dinâmica no ambiente económico já criado a partir dos dispositivos organizacionais de origem local. Pois, as percepções sobre o sentido de desenvolvimento insere elementos de carácter sócio-cultural, que mesmo não sendo de um padrão universal, mas representam o ponto de partida para a avaliação dos novos elementos de origem extra-comunitário “o Know How” (UNOPS, 1998).

Por esta experiência, considera-se que a presença dos parceiros extra-comunitários, como o caso das ONG's, sobretudo estrangeiras, tornam o ambiente económico mais atractivo, facilitando a mobilização dos recursos humanos e materiais locais. O apoio destes parceiros incidindo sobre formas de provisão de serviços básicos de carácter social, como a saúde, educação, vias de acesso, etc., capacitando nos actores locais para uma gestão autónoma, o que representa uma prática de desenvolvimento sustentável.

A experiência da América latina aplica-se de certa forma em Moçambique, através de diversos programas implementados pelas ONG's nacionais e estrangeiras, cuja avaliação do seu impacto geralmente é feito pelos próprios intervenientes. Sendo esta uma prática que sugere existência de limitantes no plano metodológico, sobretudo os constrangimentos de ordem institucional, levando à possibilidade de minimizar os aspectos de carácter sociocultural, pela influência da visão “Teológica”, isto é, o pensamento modelo sobre o desenvolvimento sócio-económico.

2.3 Estratégia Política e o associativismo em Moçambique

O campo político no qual se estruturam e são avaliados os diversos valores da sociedade, encontra-se inserido, para o actual contexto moçambicano, no quadro da “democracia liberal.”²³ E para o modelo de análise sistémica das políticas públicas, mostra que as condições de representação do Estado pelas instituições políticas, o Governo, impõe-se na necessidade de se inscrever não só nas disposições legais, como também na forma de legitimação das suas funções em processos de regulação social.

²³ Na perspectiva do Direito Constitucional, a democracia liberal define-se pela dimensão das liberdades políticas, implicando o reconhecimento do direito dos cidadãos por mecanismos efectivos de manifestação da sua vontade Conotilho (1991)

2.2 Experiência internacional no associativismo

Para mostrar a relevância do associativismo na implementação de estratégias de desenvolvimento rural, e numa abordagem que supõe a perspectiva de uma gestão autónoma (auto-sustentada) dos processos de desenvolvimento sócio-económicos ao nível das comunidades rurais, a experiência da América Latina, que não é única, dispõe de referências analíticas que permitem comparar com as iniciativas de autogestão e participação em processos decisórios em Moçambique, decorrentes da implementação de políticas e programas de desenvolvimento sustentável local.

Recorreu-se ao caso de alguns países que se beneficiaram de programas das Nações Unidas para o desenvolvimento humano ao nível local (PDHL) nos seguintes países: El Salvador; Haiti e Nicaragua. Nesta experiência, as organizações comunitárias são vocacionadas para a solução de problemas de âmbito de desenvolvimento sócio-económico ao nível local, constituindo-se numa espécie de fórum comunitário para discussão de problemas que os afectam em conjunto.²²

O objectivo do programa que incide sobre as comunidades rurais, é dar acesso a oportunidades de desenvolvimento económico das populações empobrecidas devido a ausência de elementos de influência sociocultural, económico e políticos que permite reabilitar os sectores sociais e áreas excluídas do desenvolvimento nacional (UNOPS RESS, 1996).

A partir desta forma de organização comunitária, os respectivos membros conseguem identificar novas oportunidades para uma actividade económica através das quais recebem diversos apoios dos parceiros extra-comunitários, incluindo o governo.

²² Lazarte (1998) referindo-se ao programas implementados pela UNOP/PDHL.

Nesta base, a função estratégica decorre sob forma de cometimento político, numa acção que prevê o respeito pela diversidade dos valores que na sociedade se manifestam. O modelo de análise sistémica incorpora também os princípios de formulação responsável de políticas públicas, ao considerar que o exercício do poder político orienta-se pela busca de justificações morais inseridas no âmbito de satisfação dos interesses dos destinatários (Pedone,1986: 20/22). Esta prática passa pelo o questionamento de se as preferências verificadas na formação da agenda política (definição de problemas sociais), correspondem com o que deverá ser resolvido em benefício dos destinatários.

A ideia de estratégia, desta forma, se por um lado consiste na procura de soluções sobre problemas sociais, por outro lado, ela resulta em compensações no plano político (pay-offs) que decorrem pela forma de reconhecimento da acção do papel das instituições políticas sobre a sociedade. Esta prática compreende-se sob forma de deslocação das preferências dos actores políticos para as instituições sociais (Limongi, 1994:37).

Uma acção estratégica está também implícita no respectivo pensamento, que não sendo prescrito, manifesta-se sob forma de enquadramentos analíticos, isto é, elementos de carácter sociocultural, económico e político. Ela representa um esforço inovador orientado para mudança social, afectando as condições de vida e de trabalho de todos os actores envolvidos, isto é, uma visão para futuro (Stancy, 1998:21/28).

O pensamento estratégico concorre para a criação de condições estratégicas, que na responsabilidade política comporta no reconhecimento de instituições que contribuem para a avaliação do ambiente político e sócio-económico, do qual o associativismo seria o exemplo apropriado no contexto das comunidades rurais em Moçambique. Pois, em pensamento estratégico, os políticos vendem (para o contexto da democracia liberal) os seus produtos políticos²⁴, que consistem em programas, projectos e outras opções que resultam do seu investimento em busca da legitimação.

²⁴ Bourdieu (1989) define a classe política como sendo um grupo que se destaca no campo político e pela aplicação do seu capital e destaca a forma de aplicação deste capital como produto que visa obter determinados ganhos (a reeleição)

2.3.1 O Associativismo como mecanismo institucional para a acção participativa

Este conceito apesar de ser interpretado de diversas formas, ele pode ser apreendido essencialmente pelos aspectos práticos de sua manifestação, mais reflectidos ao nível das atitudes dos seus membros do que pelos resultados que dele se obtém quando orientado para uma acção produtiva, isto é, de acumulação de bens de capital.

O associativismo pode ser entendido como uma espécie de pacto social no qual a vontade dos seus membros é determinante, estes como indivíduos interessados e preocupados na melhoria das condições de vida individuais e colectivas.

“O associativismo é uma organização de pessoas pertencentes a uma mesma comunidade que independentemente do sexo e possuindo os mesmos objectivos (produzir bens e serviços), lhes permite alcançar uma certa estabilidade económica e social que a título individual ser-lhes-ia difícil alcança-la²⁵.

O associativismo traz consigo nesta base um conjunto de potencialidades humanas em estado latente, cuja acção cooperativa ou de colaboração recíproca estimula a uma orientação de carácter institucional com funções representativas no processo de escolha das preferências sociais.

No contexto da vida comunitária, esta prática está implícita no objectivo de obtenção de estabilidade pela forma de regulação social, quando a incorporação de novos valores conflictua com os princípios de solidariedade e reciprocidade existentes. As comunidades rurais assumem as suas responsabilidades ao buscarem de empréstimo as outras experiências sócio- culturais em prol do desenvolvimento local. Sendo tendência desta forma de associativismo em estudo, preservar as suas características típicas e com profundo impacto no âmbito da implementação das estratégias de desenvolvimento local os seguintes aspectos:

- Situação de isolamento em relação as condições de influência sociocultural exógenas no âmbito económico e político, como factores essenciais para promoção do desenvolvimento sustentável local.
- O facto de os camponeses constituírem a camada social que, embora maioritária, se apresenta como a mais desfavorecida do usufruto das vantagens criadas pelo progresso sócio-económico, político e cultural do país, manifestando-se numa tendência de exclusão relativa da participação nos processos de tomada de decisão.

2.4 O compromisso do associativismo camponês para o desenvolvimento sustentável local

Algumas contribuições teóricas sobre a problemática do desenvolvimento sustentável local, tem se traduzido no que vulgarmente se chama por modelos de desenvolvimento alternativo (Friedman, 1996:33). Estes, supõem um maior envolvimento dos destinatários de políticas e programas de desenvolvimento, para se avaliarem como sustentáveis.

O desenvolvimento alternativo considera a necessidade de promoção de sinergias que se manifestam através de mecanismos institucionais, como as chamadas “unidades domésticas²⁶”, a semelhança do associativismo. Estes dispositivos permitem que a longo prazo se estabeleça nas comunidades locais uma condição de equilíbrio na esfera da estrutura de poder, uma vez que se supõe na necessidade de relacionamento salutar entre os poderes locais e o poder político.

Inferindo na base da “teoria sistémica”, o papel do associativismo camponês sendo de carácter institucional, este incide sobre as estratégias políticas de desenvolvimento local, visto que resulta do facto de a acção participativa na sociedade representa um mecanismo, embora de natureza instrumental, permite avaliar os valores sociais subjacentes aos objectivos das políticas e programas em curso.

²⁵ Na definição de Beaudox & Nieuwkerk, 1985. Associações Camponesas em África Ed. Gráfica Euripam Lda, Lisboa

²⁶ Perspectivo de desenvolvimento alternativo na base da teoria do empowerment Friedman (1996)

Nesta perspectiva de análise, as comunidades rurais não devem ser percebidas como instituição em si, se não um espaço social micro, no qual emergem diversas categorias de instituições que interagem entre si, dentro de uma dinâmica de relações sociais numa perspectiva de aliança (Fawcett & White, 1995).

Nesta base, a função social do associativismo nas comunidades rurais seria a de orientar os processos de desenvolvimento local que decorrendo na base dos princípios de solidariedade e reciprocidade (troca de valores materiais e morais), orientados Para a perspectiva de aliança.

O conceito de desenvolvimento sustentável, mesmo adquirindo diversas formas de interpretação, fica nele implícito o objectivo de harmonização das relações sociais pela incrementação das condições de vida em termos de bem estar-social, uma perspectiva de “mudança social²⁷,” pela incorporação ou modificação de um conjunto de valores (Furtado, 1964:26). A “mudança social” nesta base reconhece o princípio de herança social como aspecto histórico, cuja compreensão depende do conhecimento sobre a relação que se estabelece entre os diferentes elementos da realidade cultural.

2.5 O associativismo como veiculo da acção comunitária

O associativismo camponês traz para a perspectiva de desenvolvimento sustentável local, uma contribuição que permite dinamizar a acção comunitária pela criação de condições de envolvimento colectivo na acção participativa.

A participação no contexto da “democracia liberal”, corresponde ao exercício dos valores fundamentais consagrados pelas liberdades políticas, um princípio que se reflecte essencialmente em processos de escolha de preferências sociais ao permitir que as pessoas façam ouvir as suas vozes numa práticas de negociação sobre a tomada de decisão, (Zimmerman & Perkins, 1995).

Recorrendo a experiência do cooperativismo em Moçambique, alguns estudos revelam que a grande limitante desta forma de organização sobre os processos de produção, reside na sua fraca estrutura organizativa que é orientada pelo “espírito voluntário” dos seus membros. Contudo, a sua força motivacional não tendo como base em habilidades que se adquirem pela interacção entre os membros das cooperativas como os actores sociais integrados no mesmo contexto sociocultural, este projecto incorreu ao fracasso devido à tendência de alguns dos membros se aproveitarem do esforço dos mais voluntários (Castel Branco, 1994:620/622).

A acção comunitária deve ser avaliada, primeiro, como dependente do “espírito empreendedor” pré-existente nos membros da comunidade, e em segundo lugar, pelo facto de que o envolvimento dos actores individuais na busca de um esforço colectivo não retira o interesse individual, senão que capacita-os no exercício do poder colectivo orientado Para a satisfação do interesse individual, isto é, o Empowerment pela perspectiva psicológica²⁸.

Este poder, no contexto da vida comunitária, depende em certa medida da influência material e espiritual (o Know How tecnológico) como fonte de capacitação que leva a criação de instituições comunitárias no contexto rural. Sendo um processo requer a existência de um ambiente político mais aberto, de diálogo franco e permite uma acção participativa que decorra na base do reconhecimento mútuo. Este é o sentido de empowerment colectivo e que é orientado pelo princípio de aliança estratégica entendida como “Partnership”²⁹ na definição de Mahathir (1997).

2.6 Conclusão

Ao procurar mostrar nesta revisão de literatura as diversas contribuições teóricas sobre a problemática da estratégia de desenvolvimento rural, e em conexão com o papel das instituições comunitárias através de instituições apropriadas como o associativismo, pretendeu-

²⁷ Excluindo a visão determinista de certos modelos de desenvolvimento, a mudança social decorre pela conciliação entre o conhecimento indógeno e o adquirido pelo empréstimo cultural Furtado (1964: 126).

²⁸ O espírito empreendedor baseado na teoria de Empowerment individual fundamenta-se na Psicologia social (Fawcett & White, 1994)

²⁹ Partnership define-se como relação de aliança estratégica em que os envolvidos tem em vista a obtenção de vantagens mútuas à curto e longo prazos.

se estabelecer um quadro analítico sobre a relevância destas últimas no actual contexto político em Moçambique.

No âmbito da acção participativa, identificou-se como necessidade a organização institucional dos espaços menos influentes em processos decisórios, como as comunidades rurais, tendo em conta a especificidade dos respectivos interesses. Pois a forma institucional de organização comunitária promove o espírito de ajuda mútua, como junção de esforços visando satisfazer os interesses de cada indivíduo.

Na teoria do “empowerment comunitário,” contribui pelos princípios de cooperação que permitem potenciar a acção colectiva num “espírito empreendedor”, viabilizando o desenvolvimento sustentável local.

As condições de autonomia institucional e de participação promove valores os democráticos, como permite gerir os “empréstimos culturais” no interesse da comunidade na base do respeito mútuo, tendo em conta a herança sócio-cultural local.

O processo de implementação de políticas de desenvolvimento sustentável nas zonas rurais decorre num exercício de negociação no plano de interesses dos diversos actores e numa espécie de parceria, dada a existência de diversos valores na sociedade.

CAPÍTULO III: HIPOTÉSES DE INVESTIGAÇÃO

Os processos de desenvolvimento sustentável local, supõem o conhecimento das estratégias políticas subjacentes cuja compreensão depende também do conhecimento sobre os mecanismos de formulação e implementação das políticas públicas. Este é um exercício através do qual o processo decisório procura enquadrar-se em modelos de análise que mais sugere visualizar os seus princípios normativos, e com base nos valores políticos instituídos.

A tradição mono-partidária que decorreu em Moçambique no período pós-independência e por inerência do sistema político, mostra que a sua experiência centralista ainda concorre na influência do processo decisório, na actualidade, cujas características podem enquadrar-se no modelo da “Escolha Racional,” isto é, pela primazia do poder político sobre a sociedade.

As transformações ocorridas à luz da actual Constituição de 1990 na qual se estabelece o sistema pluralista na gestão política da sociedade (cuja concretização prática verificou-se pelas eleições gerais de 1994 e 1999), trouxe como consequência uma nova dinâmica na metodologia de tomada de decisão política e com impactos significativos ao nível da sociedade, como se pode depreender pelo seguinte

As organizações sociais, como formas de associações de cidadãos com afinidades e interesses próprios desempenham um papel importante na promoção da democracia e na participação dos cidadãos na vida pública³⁰.

Se por um lado os níveis de responsabilidade política sobre o processos decisórios tende a alterar-se em função do contexto das mudanças, por outro lado o seu suporte ao nível da sociedade civil mostra-se frágil devido a ausência de instituições apropriadas para participarem no controle social sobre acção política, isto é, a democracia participada.

É neste quadro que o modelo sistémico se mostra relevante na análise implementação das estratégias políticas em Moçambique, sobretudo naquelas orientadas para as comunidades

³⁰ Constituição da República, no seu Artigo 34, ponto 2 Capítulo III.

rurais e para compreender o grau de aproximação entre os políticos, a burocracia administrativa e os grupos de interesse.

Sendo esta uma perspectiva que permite deslocar o foco explicativo do processo decisório, das preferências dos actores políticos para os interesses de quem vai proporcionar seus retornos em benefícios políticos, os chamados "pay offs".

O processo de decisão política neste contexto tem em conta os diversos interesses da sociedade e representados por diferentes grupos sociais com interesses específicos cuja sustentabilidade depende do ambiente político criado, isto é, quando este permite uma interacção entre os actores sociais numa espécie de relação de parceria.

Da análise feita sobre o processo decisório em Moçambique, como políticas públicas, percebe-se que este decorre num círculo de envolvimento negocial que liga o Executivo e o Legislativo, apesar das evidências quanto ao papel da burocracia administrativa, e que não é menos relevante se inserido no quadro da reforma do sector público. Assim, pode se inferir que a acção política representada pelos respectivos actores ao decorrer num processo decisório, estes como quaisquer outros indivíduos o fazem em função dos seus próprios interesses, procurando maximizar a sua utilidade política, a sua reeleição,³¹ ainda que os da maioria sejam tomados em conta.

Nesta base, a relevância do papel do associativismo camponês sobre as estratégias políticas é do facto de que, ele permite compreender as condições motivacionais dos diferente actores e estando inseridos no sistema político estabelecido. A visão sistémica mostra os valores políticos que orientam as diversas escolhas sociais, no sentido de que as instituições apropriadas da sociedade civil podem viabilizar o estágio da "governabilidade."³² E devido a especificidade das formas de actuação e organização das diversas instituições da sociedade

³¹ Pedone (1986:38), na definição do modelo de Formulação Responsável das Políticas Públicas.

³² Conceito actual da literatura do ramo das ciências políticas referindo-se à prática da boa governação.

civil elas sugerem para uma análise apropriada do seu papel, como elementos estratégicos do desenvolvimento sustentável local, e pelas seguintes hipóteses:

- O associativismo camponês contribui para estimular o desenvolvimento auto-sustentável das comunidades locais, sobretudo quando promovido por instituições de apoio extra-comunitário.
- O desenvolvimento e sustentável local é alcançável na base de uma estratégia política que promova as dinâmicas internas das comunidades e através de organizações apropriadas.

CAPITULO IV : METODOLOGIA

Para compreender a prática do associativismo camponês como instituição de interesse comunitário, e fazendo parte do funcionamento da sociedade civil, tornou-se necessário proceder por uma metodologia que permita apreender algumas determinações sociais, no âmbito sociocultural, económico e político.

4.1 Pesquisa documental

Por este método, procurou-se explicitar a problemática de desenvolvimento sustentável local, recorrendo-se a uma base teórica na qual se enquadra a questão fundamental deste estudo, a relevância do associativismo camponês como dispositivo organizacional apropriado para a promoção do desenvolvimento sustentável local. E na sua consulta foram considerados as seguintes abordagens:

- Teoria sistémica como instrumento de análise de políticas públicas no contexto da democracia pluralista (Pedone, 1986),
- Prática associativa como base institucional aplicável às organizações comunitárias (Beaudoux & Niewkerk, 1985, Ferrinho, 1978 e Lazarte, 1994),
- Pensamento estratégico em políticas públicas (Stancy, 1998, Friedman, 1996 e Limongi, 1994),
- Desenvolvimento sustentável como prática de gestão de mudanças sociais na base da conciliação e inovação das condições sócio-culturais heterogêneas (Furtado, 1964), e
- Acção comunitária como mecanismo de participação na escolha de preferências sociais, inseridas no quadro da “democracia participada” (Fawcett & White, 1995 e Mahathir, 1997).

4.2 Pesquisa de campo

Baseado numa amostra estratificada, a pesquisa de campo consistiu em entrevistas semi-estruturadas e não estruturadas. O primeiro tipo de entrevistas foi feita a informantes chave,

constituídos por líderes comunitários, técnicos de extensão rural do Governo e da Visão Mundial, e algumas pessoas com testemunho sobre a experiência das cooperativas de produção e o associativismo. As entrevistas semi-estruturadas distribuem-se da seguinte forma:

- Quatro líderes tradicionais que se repartem pelos dois distritos, Muecate e Nacarôa, e que inclui uma mulher (Apuiamwene) neste último.
- Dois técnicos de extensão rural implementadores da Política Agrária de Moçambique.
- Quatro técnicos de extensão rural da Visão Mundial, e
- Dois antigos combatentes da luta de libertação nacional.

O segundo tipo de entrevistas (as não estruturadas), aplicou-se à oficiais governamentais seniores e seus colaboradores (directores distritais), gestores de programa da Visão Mundial e grupos alvos, dos quais se distribuem da seguinte maneira:

- Dois representantes do Departamento Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DPADR ao nível da província de Nampula,
- Dois gestores seniores do programa da Visão Mundial denominado por "Agriculture and Natural Resource Management (ANRM),
- Sete grupos de associados constituídos por 10 a 15 elementos, e
- Dois directores distritais da Agricultura e Desenvolvimento Rural (distritos de Muecate e Nacarôa).

4.3 Procedimentos

O primeiro tipo de entrevistas (semi-estruturadas), a sua pertinência explica-se pela facilidade na recolha da informação e que pode ser quantificada para a sua análise.

Em relação ao segundo tipo de entrevistas (não estruturadas), a sua utilização em informantes chave (gestores de programa do Governo e da Visão Mundial, bem como os grupos associados), justifica-se pelo facto destes serem de difícil contacto devido aos constrangimentos típicos da função institucional, e permitir a técnica aplicada à uma análise

qualitativa. Em relação aos grupos dos associados as entrevistas não estruturadas permitem uma melhor apreensão da mensagem dos entrevistados, ao decorrer em forma de debate sobre os assuntos de interesse.

Em termos de amostra, estimada com base nos grupos dos associados, representa 20% do total de 35 associações. Destas, 27 encontram-se no distrito de Muecate e as restantes em Nacarôa. Dos 20% corresponde a sete (7) entrevistas colectivas de membros das associações, sem incluir os líderes comunitários. E em relação ao total das entrevistas feitas, aos grupos dos associados representam 38% do total, cuja relevância consiste no seu peso sobre o número das associações existentes na altura.

Quanto a sua composição em termos de posição social, o grupo dos associados (que constitui a amostra) caracteriza-se pela homogeneidade dos constituintes, pois todos vivem na base da actividade agrícola como fonte de rendimento. Havendo por excepção casos de pessoas que se servem de outras fontes de sobrevivência, tais como: o comércio informal, artesanato e pequenas manufacturas (carpintaria e latoaria). E em termos do género, nos grupos dos associados as mulheres representam 40%.

CAPÍTULO V: CONSTATAÇÕES

5.1 Introdução

Os Distritos de Muecate e Nacarôa situam-se entre os 35 a 150 kms à norte da capital provincial de Nampula, ambos com uma população calculada em 168.823 (ACNUR, 1998: Perfil dos distritos).

A principal actividade sócio-económica é a produção agrícola, da qual se destacam culturas para a dieta alimentar nomeadamente, mandioca; mapira; milho; feijões; amendoim; gergelim e caju. Uma parte desta é utilizada para a reprodução social, isto é, as chamadas culturas de rendimento que inclui a produção do algodão já em fase re-introdução através de um projecto de fomento algodoeiro representado por uma empresa privada, sediada em Namialo, localidade do distrito de Meconta.

Em termos de comércio, os dois distritos dispõem de uma larga vantagem para actividade comercial, beneficiando-se do Corredor de Nacala e da estrada nacional N° 1, que os proporcionam certas facilidades de acesso aos grandes mercados da zona norte nomeadamente, as cidades de Nampula, Nacala e Pemba.

A tecnologia empregue na produção agrícola é ainda rudimentar, sendo a enxada de cabo curto o principal utensílio, apesar de algumas facilidades na aquisição de insumos agrícolas. Em relação as vias de acesso, o rodoviário é a mais privilegiada, com ligações complementares para as zonas interiores de cada distrito, através de estradas de terra batida já reabilitadas.

Pode depreender-se destas características sócio-económicas em ambos os distritos, que ainda prevalecem problemas na área da comercialização devido à carência de meios de transporte para as regiões interiores e a partir das principais vias de acesso (Corredor de Nacala e estrada nacional n°1).

Quanto a prática do associativismo, pelas entrevistas feitas às populações locais constatou-se que uma grande maioria calculada em cerca de 70% reconhece que experiência foi introduzida pela Visão Mundial, como parceiro “extra-comunitário³³” sem que tenha passado porém, da memória das populações a experiência das cooperativas de produção. A realidade actual quanto à prática do associativismo é percebida como uma forma de ajuda mútua, orientada para a melhoria das condições de vida das populações. Sendo esta a sua razão de ser, representa também uma forma de gestão da ajuda que é canalizada pelos parceiros e definindo-se numa espécie de cooperação ao nível da base, uma espécie de colaboração recíproca ao nível das comunidades (Fawcett & White, 1995).

No distrito de Muecate, por exemplo, onde se escolheu como referência quanto a prática do associativismo camponês, verificou-se que um número significativo da população local (estimado em 35% segundo dados da Visão Mundial), tem preferido o associativismo como base de sua reprodução social, comparativamente as formas tradicionais de organização nas comunidades. E para efeitos de ilustração do nível de preferência ao associativismo nas comunidades locais, segue abaixo a tabela dos principais indicadores.

Tabela I:

Fonte: Membros das comunidades associadas dos distritos de Muecate e Nacarôa; entrevista: 13 à 18/04/01

INDICADORES DE PREFERÊNCIA	TOTAL DOS ASSOCIADOS	POR CADA DISTRITO	
		Muecate	Nacarôa
Nível de adesão ao associativismo	63%	70%	30%
Reconhecimento do papel da V. Mundial	70%	80%	60%
Reconhecimento da ajuda do Governo	40%	35%	65%
Preferência em organizações tradicionais	35%	40%	60%
Participação da mulher	40%	45%	55%

Neste capítulo pretende-se, por um lado, mostrar os elementos da evidência da relação de parceria comunitária como expressão da cooperação que ocorre ao nível da base contribuindo para a promoção do espírito empreendedor. Por outro lado, apresentar a manifestação (em

³³ Referem-se as entidades públicas e não governamentais que prestam apoio as comunidades locais.

termos específicos) do comportamento estratégico ao nível do sector público, no seu compromisso de servir a sociedade.

5.2 Percepção das comunidades locais sobre o associativismo

O associativismo no seio das comunidades locais manifesta-se sob forma de uma estrutura hierarquizada, mas com uma ampla participação dos seus membros através de reuniões regulares em assembleia geral e com carácter deliberativo (Nampache, entrevista: 13/04/01). Portanto, o corpo representativo é constituído por um presidente; um vice-presidente; um secretário; um conselheiro (geralmente líder da comunidade); um tesoureiro; entre outras funções de carácter executivo.

Esta instituição, nas regiões onde a sua existência está consolidada como em Muecate, representa uma forma de cooperação comunitária pelo sentido de solidariedade e respeito mútuo que se cultiva entre os seus membros, já ocupando um lugar de destaque que as formas tradicionais de organização social local.

“Estes jovens da associação mexem-se muito; eles são nossos filhos e não há problema de que sejam eles agora os nossos chefes; eles têm sangue novo, por isso conseguem discutir com os brancos que vêm aqui e isso em nada nos afecta . Nós somos os donos desta terra, o Governo sabe e devia reconhecer isso. A ideia de associativismo mudou muito a nossa vida aqui, pois agente vive melhor agora. Esses brancos que vêm não sabemos donde, fazem muita coisa boa para nós; até ensinaram-nos a comer arroz , cebola; coisas que nós não comíamos aqui antes. Dizem que eles vêm da América, mas não sabemos se são mandados pelo Governo ou vêm sozinhos para nos ajudar um pouco, depois irem embora, será muita pena. (Associados de Vida Nova/ distrito de Muecate: entrevista: 13/04/01).

De acordo com a avaliação do supervisor chefe da extensão rural pelos projectos da Visão Mundial o

corpo representativo da associação, embora disponha de poderes limitados ele detém um grande espaço de decisão sobre os assuntos da comunidade e em paralelo com os líderes comunitários. Esta prática é considerada viável para negociação dos interesses comunitários por parte dos parceiros “extra-comunitário” sobretudo quando se trata de questões que não podem ser resolvidos localmente, como o acesso a tecnologias de produção agrícola.

Das diversas formas existentes de organização colectiva sobre os processos de produção, evidencia-se o associativismo representando uma inovação sobre as outras experiências anteriores. Nesta, destaca-se a forma de maior envolvimento das comunidades, independentemente da posição social, sexo; idade (com excepção dos menores); ou grupo étnico.

De um número estimado em 63% das entrevistas feitas aos associados e líderes comunitários, estes confirmam que as suas comunidades, depois da guerra dos 16 anos, muitas pessoas optaram pelas formas individuais de produção, assim como alguns critérios tradicionais de ajuda mútua tais como: “Idjolado, mukhumi e epuépúere,” uma vez que a experiência da cooperativa deu-se como fracassada enquanto estratégia do governo e orientada para o desenvolvimento rural. As populações recorriam à formas alternativas de colaboração que lhes permitissem melhorar as suas condições de vida.

O associativismo camponês neste contexto, emerge como uma experiência nova ao nível dos dois distritos (Muecate e Nacarôa), despertando interesse nas populações locais, principalmente nas camadas mais jovens. Porém, em algumas regiões onde esta prática foi consolidada mostra que algumas pessoas da terceira idade, ou adultas e mulheres, tendem a preferirem também ao associativismo, estimando-se agora numa média de 40% do total dos associados (Assanze, entrevista: 12/04/01).

Tabela 2:

Representatividade dos diversos grupos sociais nas associações

Fonte: Baseado em cálculo aproximado sobre o número dos entrevistados entre os associados

Jovens (14 a 24 anos)	60%
Adultos 25 a 39 anos	35%
Velhos 40 à 55 anos	5%
Mulheres jovens	30%
Mulheres adultas	10%

5.3 Valor que o associativismo assume nas comunidades locais.

Da situação de absoluta carência em consequência da devastação da guerra, principalmente no distrito de Muecate, o associativismo promove-se capacidades para a resolução colectiva dos problemas sócio-económicos. Ele serve de mecanismo de mediação na intervenção do Governo, ainda que de forma incipiente, através dos seus programas de desenvolvimento rural, sobretudo naqueles que incidem sobre a área social como água, saúde, educação e vias de acesso (Armando e Maurício, entrevistas: 12 e 19/04/01).

Não obstante ao facto de o associativismo ser ainda uma realidade não abrange a todas as populações rurais da região, um número significativo calculado em 63% dos entrevistados associado afirmam ter aprendido muito do associativismo, sobretudo em técnicas de melhoramento da produção agrícola, para além de contribuir na solução de diversos problemas de carácter sócio-económico tais como, a construção de estradas e a comercialização de produtos. Estas vantagens são associadas a presença da Visão Mundial uma realidade que se assume numa forma de ajuda humanitária, em vez do sentido de cooperação que se pretende cultivar entre os membros das comunidades rurais (Régulo Napala, entrevista: 14/04/01).

“Estes brancos que chegaram aqui, apesar de não conhecermos donde vêm eles são boas pessoas. Eles ajudam-nos muito; nós passávamos mal depois da guerra, nem o Administrador

chegava aqui, mas agora já chega embora não nos ajuda em nada, dizem que o Governo não tem dinheiro”.

Na resolução dos problemas sociais, os membros das associações de Êrrua e Santo Inácio afirmam que no associativismo eles discutem de forma livre sobre seus problemas, não observando as hierarquias sociais que se impõem pela educação tradicional. Esta prática permite-lhes promover um relacionamento salutar, promovendo o espírito de cooperação entre os membros da comunidade, e até com outras comunidades quando se trata de assuntos de interesse comum como a abertura de poços de água, manutenção das vias de acesso; estabelecimento de preços dos seus produtos, entre outras acções (Nauacha, entrevista: 14/04/01).

Estes associados, reconhecem ter conseguido resolver alguns dos principais problemas nas suas comunidades, principalmente no distrito de Muecate onde os entrevistados consideram ter conseguido aumentar os excedentes de produção agrícola e viabilizar a sua comercialização. Melhoraram também a dieta alimentar, bem como o uso adequado dos solos (para preservar a sua fertilidade) e a facilitação de insumos agrícolas. Através dos respectivos chefes (escolhidos na base democráticas) eles coordenam entre si e solicitam o apoio dos parceiros, sobretudo as ONGs estrangeiras.

Na associação Santo Inácio, posto administrativo de Napala, constatou-se haver interesse na aquisição de meios tecnológicos consideravelmente desenvolvidos. O seu plano imediato é de adquirir um tractor e uma camioneta para escoamento dos seus produtos para os grandes mercados das Cidades. A meta desta associação é, aumentando a produção melhorarem as suas condições habitacionais, transporte e comércio (Associados de Napala/Muecate, entrevista: 13/04/01).

Sobre o papel da ajuda prestada pela Visão Mundial, ocorrendo fundamentalmente através dos seus técnicos de extensão rural sobretudo nos residentes junto das comunidades locais, este é expressivo pela ajuda que presta aos associados, ao transmitir-lhes conhecimentos que consideram adequados à produção agrícola o que lhes conferem habilidades para enfrentarem

por si só, alguns empreendimentos sócio-económicos tais como, a construção de vias de acesso e escolas com base em recursos locais.

Esta realidade, para alguns líderes comunitários, sobretudo os tradicionais, apesar desta apreciação positiva, eles não se acham confortados com a presença da Visão Mundial, achando que esta retira-lhes a sua autoridade junto das suas comunidades, ao preferir contactar mais com os representantes das associações. Este facto, parecendo ser um aspecto elementar, é também reconhecido pelas próprias ONGs estrangeiras, no caso concreto da Visão Mundial, aliás, muito bem conhecida como organização não governamental, isto é, diferente das entidades do Governo (Beto, entrevista: 13/04/01).

5.4 Acção da Visão Mundial em Muecate e Nacarôa

Na implementação programa denominado por Agriculture and Natural Resource Management (ANRM), a Visão Mundial tem procurado promover uma espécie de cooperação ao nível da base com as comunidades locais. E ela assume esta prática como estando inserida no quadro das políticas nacionais de desenvolvimento rural definidas pelo Governo e através do respectivo sector, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER). Considerou ainda haver uma certa coordenação inter-institucional ao nível estratégico, o que confere as suas acções uma posição complementar aos programas do Governo. Contudo, os representantes do sector público ao nível da província avaliam esta coordenação que incide mais sobre aspectos de controle da ajuda financeiras (doações) concedida ao Governo, do que sobre os processos de implementação dos programas e projectos (Pedro, entrevista: 20/04/01).

De acordo com a Visão Mundial, tomando pelo exemplo do distrito de Muecate, esta reconhece que a sua influência nas comunidades tem enfrentado algumas limitações, devido a forte presença dos padrões socioculturais locais e sob orientação das lideranças comunitárias. Os seus projectos têm encontrado uma certa resistência das populações em partilharem nos esforços conjugados para a resolução dos problemas sócio-económicos locais (Estêvão, entrevista: 20/04/01).

Em algumas regiões onde decorrem projectos desta ONG, por um lado, constata-se que a falta de experiência das populações locais em práticas de actividade comercial não lhes permitem uma vinculação com outros espaços sociais no contexto das relações de mercado, por outro lado, a não adequação dos mecanismos de influência destas ONGs sobre as comunidades levam a que a sua presença seja ainda menos reconhecida e até rejeitada. Este fenómeno é percebido pelos gestores seniores de programas da Visão Mundial como não sendo uma rejeição em si, senão produto da falta de incentivos nos grupos sociais mais influentes. E associam a este facto a situação da “guerra dos 16 anos”³⁴ que se mantém na memória das populações locais, visto que os dois distritos (Muecate e Nacarôa) foram afectados na altura do conflito armado e que as principais vítimas eram as pessoas que se identificavam com as formas colectivas de produção, portanto, o cooperativismo (Assanze, entrevista:12/04/01).

Esta fonte considera ainda que a existência destas limitações na intervenção da Visão Mundial junto das comunidades, resulta da qualidade não apropriada na transmissão da sua experiência, cujos efeitos se reflectem no seu impacto em termos de melhoria das condições de vida das populações em algumas regiões dos distritos. A acção dos técnicos de extensão rural, sobretudo daqueles que mantêm contactos esporádico com as populações locais não permite uma maior interacção com os membros das comunidades e os respectivos líderes, para uma melhor interpretação dos objectivos da sua presença, e permitir que sejam aceites ou rejeitados

5.5 Formas tradicionais de cooperação e ajuda mútua.

O ponto de referência tomado para distinguir o grau de preferência das populações sobre as organizações sociais locais foi a experiência do distrito de do distrito de Nacarôa. Primeiro, por se encontrar na área abrangida pelos projectos da Visão Mundial e em segundo lugar, tratar-se de uma região onde casos de resistência ao associativismo são mais frequentes.

³⁴ Refere-se à guerra entre o Governo da Frelimo e a Renamo que terminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992.

Com base em entrevistas feitas à duas comunidades, das quais uma não integrada no associativismo e outra de associados e os respectivos líderes (como informantes chave), confirmou-se que o grau de preferência ao associativismo oscilava entre os grupos mais influenciados pelos padrões sócio-culturais locais, e aqueles que já partilham uma certa experiência com parceiros “extra-comunitários.”

Do grupo escolhido dos não associados, de uma comunidade cujo perfil sócio-económico representa o caso mais expressivo da resistência ao associativismo e localizando-se na região a sul da sede do distrito de Nacarôa e actualmente conhecida por Soneni. Esta região no tempo colonial era conhecida pelo nome do respectivo líder tradicional.³⁵ Nela constatou-se que há maior preferência em organizações sociais locais, como as conhecidas por “Nihimos”(apelido), ou Nlôco (grupos linhageiros), para além de outras formas de organização consideradas mais próximas ao associativismo tais como: “Mukhumi”, “Edjoholo” e “Epwèpwére.”

Quanto ao segundo grupo, dos associados, localizado numa região mais a norte do mesmo distrito, região conhecida por Nchicamalala, cuja respectiva comunidade é dirigida por uma líder tradicional, “Apuiamwene.”³⁶ Na sua entrevista feita ela considerou haver melhorias nas condições de vida da sua comunidade desde que adoptaram a experiência do associativismo. Reconhecendo contudo, que a sua sustentabilidade depende mais do apoio da Visão Mundial que trabalha juntamente com o Governo local.

Em termos de características das organizações sociais tradicionais emais orientadas para a produção agrícola, distingue-se das três formas pelo seguinte:

1) “Mukhumi,” um tipo de colaboração não recíproca em termos imediatos, da qual os membros da comunidade (organizados em famílias) convocam-se para uma acção de ajuda em trabalho colectivo não retribuído, terminando num convívio familiar com bebidas tradicionais.

³⁵ Um líder tradicional com estatuto de rei, por ser educador tradicional ao nível de todo o distrito de Nacarôa, gozando de muita reputação e respeito junto das comunidades sob sua tutela.

³⁶ Líder tradicional do sexo feminino que na tradição makua ascende ao trono de rainha por coroação.

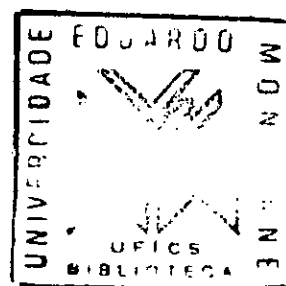
2) “Idjohólo”, consiste essencialmente num acto caritativo (tipo esmola), inserindo contudo um sentido de solidariedade também não recíproca que se faz pela contribuição monetária destinada a custear despesas ltuosas, ou outro tipo de cerimónias tradicionais.

3) “Epwèpwére,” tida como mais próxima ao associativismo é a forma mais recente de colaboração baseada na reciprocidade. Ela não constitui prática comum na região de Muecate, provavelmente por se confrontar com a nova forma organizativa baseada no associativismo.

A realidade que se circunscreve pela prevalência destas formas de organizações originais, na interpretação dos líderes locais e da maioria dos entrevistados (membros da comunidade), confirmam que a sua adesão resulta da existência de um certo receio na adopção dos padrões socioculturais exógenos, como os decorrentes do associativismo. Pois, pelas duas entrevistas feitas em Soneni e Nchicamalala, considera-se ser consequência da presença da Visão Mundial. A acção desta ONG, como de outras que por lá passaram com pretexto de apoio às comunidades locais, nunca foi entendida exactamente em seus propósitos, razão pela qual as populações locais preferem viver distantes desta, porque nada sabem do que tratam de concreto e que lhes possa ajudar (Membros da comunidade de Soneni, entrevista: 18/04/01).

Por um lado, verificando-se a falta de intercâmbio de experiências com outras comunidades, associa-se esta realidade também aos motivos que levam à rejeição da intervenção de agentes “extra-comunitários”, pelo caso da Visão Mundial. Esta situação considera-se agravada pela ausência de planos concretos ao nível do governo local que promovam o desenvolvimento sócio-económico e com maior envolvimento dos respectivos líderes. Sendo uma situação que remete ao cenário de total isolamento das comunidades locais vivendo numa total conformidade com as normas tradicionais sob tutela dos líderes. (Armando, entrevista: 18/04/01).

Um dos casos mais ilustrativos da resistência ao associativismo, ocorre na comunidade dirigida pelo ex-cabo de terra “Mukhuma”, que em suas declarações transparece um pensamento contrário em relação ao associativismo.



“sou dono desta terra, porque assim os meus antepassados destinaram-me. Ser mais velho do que todos aqui é uma virtude [yóvahia nimuluco³⁷], o que significa saber mais do que todos sobre os segredos desta terra; por isso jamais farão algo que contrarie o que foi dito por aqueles que me nasceram. Os meus ensinamentos devem ser seguido porque eles provem da alma dos nossos defuntos [Mynepa] Para aquele que vem do mundo fora, por favor que nos deixem viver a nossa maneira” (Mukhoma; entrevista:18/04/01)

A declaração deste líder tradicional reflecte a ausência dos empréstimos culturais defendidos por Furtado (1964:26); prevalecendo, com certo predomínio, a influência sociocultural local reproduzida pelos líderes sociais em torno do seu poder carismático e até os associado aos dotes da magia. Pois as pessoas respeitam-no mais por força de crença que atinge proporções de medo, porque as pessoas estão convencidos que podem morrer por desobediência.

Os membros desta comunidade sofrem um tratamento diferenciado e discriminatório entre as famílias consideradas “Amalapo,”³⁸(os estranhos). Este fato promove distâncias sociais que vêm se reproduzindo através da história desde o tempo da escravatura. Assim, as famílias da linhagem do líder, (Mpewe)³⁹, gozam de um estatuto privilegiado diferentemente das outras, descritas como de linhagens descendentes de escravos. Trata-se de uma realidade que prevalece ainda hoje numa normalidade e que pouco interesse tem suscitado em termos de análise do fenómeno. Uma prática que confirma a presença de uma visão teleológica (Furtado, 1964: 121) também no conhecimento comunitário ou indígena, para além dos padrões sócio-culturais europeus que são rejeitados pela tendência de imposição sobre aqueles.

5.6 Visão estratégica do Governo quanto ao desenvolvimento rural

O princípio de envolvimento comunitário como estratégia para se alcançar a sustentabilidades dos projectos e programas de desenvolvimento rural, tem como expressão concreta de sua implementação e no âmbito dos valores de democracia liberal instituídos, pelos seguintes instrumentos legais.

³⁷ Dádiva divina consagrada aos grandes líderes tradicionais.

³⁸ Tratamento diferenciados para com os não parentes.

³⁹ Rei, que na tradição de macua que não ascende ao trono por coração “othapelia”.

A Constituição da República em vigor; a Política Agrária de Moçambique promulgada em 1997, e Decreto Lei nº 15/2000, de 20 de Junho, para além de novos suportes programáticos como o Programa de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI).

Com base nestes instrumentos legais, se por um lado justificam a relevância prática do associativismo como mecanismo de envolvimento participativo da sociedade civil em processo decisório, por outro lado, ao nível das comunidades rurais prevalecem como opções e com certo predomínio das formas individuais de produção, embora se reconheça o valor da cooperação pelo associativismo e outras formas organizativas.

O sector público que é representado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), define como sua estratégia de implementação da Política Agrária nos seguintes termos:

“garantia do abastecimento em factores de produção, desenvolvimento de assistência técnica, comercialização dos excedentes, através da promoção e apoio ao abastecimento de centros apoio a produção de nível local (nomeadamente; associações, casas agrárias, privadas e ONG's), que garantam a assistência ao camponês” (Política Agrária de Moçambique, 1997 :21).

Das entrevistas feitas aos gestores seniores da implementação desta Política ao nível da província de Nampula, constatou-se haver uma unanimidade na confirmação da fraqueza do envolvimento das comunidades como alternativa na busca de melhoria das suas condições de vida. Ainda mostra-se impraticável por exiguidade de recursos alocados, por um lado e a falta de espaço de autonomia de acção por parte do Departamento Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DPADER), para além da limitação na sua capacidade institucional.

O “DPADER” não dispõe de meios para apoiar e monitorar os diversos projectos de extensão rural nas comunidades, existindo apenas dois técnicos superiores de extensão rural para toda a província. Este acha-se incapazes de responder a todas as necessidades da população local

razão pela qual os representantes do “DPADER” ao nível dos distritos recorrem ao apoio das ONGS que operam localmente, as vezes a revelia do conhecimento e interesse da direcção provincial. A fragilidade institucional ao nível local atribui-se em parte a responsabilidade ao excesso da centralização de certos procedimentos funcionais, que até os termos de cooperação com os parceiros internacionais se limitam ao nível formal, com a Direcção central do MADER, em Maputo(Estêvão, entrevista: 20/04/01).

Percepção da Estratégia Agrária de Moçambique

Indicadores da Estratégia	Direcção Provincial MADER	Direcção Distrital MADER	Associados
Política Agrária	Pouco conhecem	Não sabem Exactamente o que se trata	Não conhecem
Fontes de Financiamento	Conhece que é o Banco mas que não Confia nos clientes	Não sabem as vias de Acesso ao crédito	Não conhecem
ONG's	Sabem que apoia o Governo	Sabem mais sobre a Visão Mundial	Considerados verdadeiros parceiros

5.7 Conclusão

A iniciativa de cooperação ao nível da base que é promovida pela ajuda das ONGs estrangeiras (de modo particular), por um lado, embora ela seja reconhecida pelas comunidades locais como importante contributo para a superação das suas limitações em termos desenvolvimento sócio-económico, por outro lado ela mostra-se ser um entrave na implementação das estratégias políticas de desenvolvimento sustentável local. Pois as populações mais necessitadas na ajuda e que deveria se beneficiar pela parceria com as ONGs, não dispendo de conhecimentos claros quanto aos objectivos, vantagens de trabalharem com estas. Estas situações ocorrem principalmente por falta de acções coordenadas entre os implementadores dos diversos projectos em curso nas comunidades, o Governo e os parceiros estrangeiros. E este facto tem conduzido à falta de legitimidade do Estado enquanto promotor das parcerias comunitárias.

Foi constatado também que, a falta de aperfeiçoamento dos mecanismos de envolvimento comunitário ainda, por parte do Governo, como resultado da limitação da capacidade institucional ao nível do Governo local, faz com que a estratégia da implementação da Política Agrária não promova um cometimento de todos os actores envolvidos para a sua concretização.

CAPÍTULO VI: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS CONSTATAÇÕES:

6.1 Introdução

Das premissas que remetem este estudo a identificação de mecanismos operacionais de implementação de estratégias políticas de desenvolvimento sustentável local em Moçambique, para uma análise das constatações supondo o quadro da democracia liberal, demonstra que o contexto de envolvimento comunitário, quer através de instituições de origem local, como outras adoptadas numa aquisição social, representa dois cenários principais e uma perspectiva sobre processos de desenvolvimento sócio-económico.

- O cenário da conflitualidade entre as organizações sociais originais e aquelas que se impõem ou são adoptadas em consequência de influências de padrões socioculturais exógenas.
- O cenário de promoção de uma possível parceria comunitária, servindo-se dos princípios de cooperação desenvolvidos dentro das comunidades e em conexão com os processos de gestão da ajuda canalizada pelas ONG's estrangeiras, e
- A perspectiva de reforço da capacidade institucional ao nível do Estado, sobretudo através dos seus órgãos locais e para corresponder a uma demanda cada vez mais crescente na solução de preocupações de ordem social, económicas e políticas.

6.2 Contribuição sociocultural ao desenvolvimento da cooperação ao nível da base.

Ao constatar-se uma maior prevalência ainda, quanto a preferência em "organizações sociais tradicionais", sobretudo daquelas orientadas para a produção agrícola, em que os casos identificados são nomeadamente, "mukhumi e Epuepwere", confirma que os valores socioculturais condicionam o desenvolvimento do associativismo camponês nas comunidades locais. Estes, em alguns casos chocam com os interesses dos principais protagonistas dos processos de desenvolvimento sócio-económico ao nível das comunidades locais nomeadamente, os líderes tradicionais e os agentes do Governo ou ONG's estrangeiras.

As instituições originais, sobretudo as de perfil sócio-político como os Clãs (Nihino) e linhagens (Nlóco), são bastante hierarquizadas, as suas funções estando mais orientadas para a delimitação das identidades locais pelos laços de parentesco, nas quais estão implícitos jogos de luta pelo poder.

O associativismo camponês neste contexto, e trazendo consigo determinados valores de cooperação na base da colaboração recíproca, cuja sustentabilidade passa pela aplicação de princípios democráticos (liberdade de escolha individual e por igual sobre quem pode representar os associados), esta prática tem constituído um certo constrangimento para os processos de desenvolvimento sustentável local. Pois, a ausência de mecanismos claros de socialização política, como seria pela função das representações partidárias e a ocuparem um espaço bem diferenciados nas comunidades locais e este facto tende a desvirtuar o papel dos gestores do associativismo, que são chamados à responsabilidade das diversas formações políticas. Isto representa uma nova tentativa de politização dos processos de organização colectiva dos processos de produção, como foi o caso da experiência das cooperativas de produção (Castel Branco, 1994:620).

O associativismo camponês enquanto instituição social de base, embora adquirida por influências socioculturais exógenas ele mostra-se ser uma estrutura dinâmica que facilita a operacionalização dos processos de desenvolvimento sócio-económico ao nível da comunidade e com base nos mecanismos de controle social sobre as preferências optadas.

Todavia, a sua sustentabilidade carece de uma melhor articulação com aqueles que são os depositários das referências socioculturais endógenas, mesmo havendo um esforço que pretende harmonizar a articulação que ocorre entre as comunidades locais e os diversos parceiros.

6.3 Parceria comunitária e o desenvolvimento sustentável local.

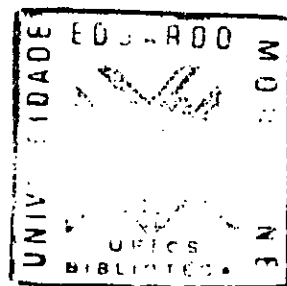
Dos factores motivacionais que levam a adesão ao associativismo, segundo as constatações, a expectativa de alcançar um bem-estar social além dos padrões sócio-culturais endógenas (a diversificação da dieta alimentar que resulta da produção não só em quantidade como em qualidade) é a principal fonte. Por outro lado, o aumento da produção agrícola em si confere, não só uma espécie poder simbólico (acumulação de riqueza), como também a capacidade de formar opções sobre novos padrões de vida.

A gestão colectiva dos excedentes de produção desperta as comunidades para a necessidade de realizar determinados interesses, que embora intermédios (construção de estradas, restauração de hospitais e escolas destruídas durante a guerra), que as permitem promover a auto-realização no plano individual (Castel Branco; 1995:619).

Desta forma, o associativismo camponês como instituição comunitária amplia os limites de cooperação para além das referências baseadas em laços de parentesco (clã, linhagem ou vizinhança), permitindo uma partilha mais ampla das experiências de desenvolvimento sócio-económico. Esta prática cria uma visão estratégica no seio da comunidade, ultrapassando a rigidez que as instituições sociais tradicionais impõem. É uma cooperação que promove a mobilidade social na base do fluxo de ideias entre os membros da comunidade.

O associativismo representa, neste contexto, o sentido de uma parceria comunitária ao cultivar atitude de respeito mútuo entre os seus membros, enquanto actores sociais inseridos no mesmo contexto sócio-cultural. Visto que, a vida comunitária decorre pelo quotidiano dos indivíduos e grupos que partilham de condições sociais comuns (Francisco, 2001:50) e numa perspectiva de auto-realização.

O interesse individual que leva a adesão num empreendimento colectivo assume-se pelos riscos inerentes à todo um exercício empreendedor, mas que deve ser estimulado com incentivos que advem de uma vontade política e dos outros parceiros; isto é, o princípio de "Empowerment comunitário" (Fawcett & White, 1995).



O desenvolvimento sustentável local decorre de uma percepção das responsabilidades individuais e colectivas na busca, por vias alternativas, de novos padrões socioculturais e numa perspectiva de “mudança social (Furtado; 1964:26). Pois, o associativismo é uma concepção de projecto visa alcançar um bem-estar social, com base na ajuda dos diversos parceiros sociais; o Governo as ONG’s nacionais e estrangeiras, e outros.

6.4 O papel do Estado na gestão das parcerias comunitárias.

O contexto dos valores democráticos instituídos no país, impõe nos objectivos de desenvolvimento sustentável uma responsabilidade das instituições do Estado a todos os níveis sobre a satisfação das demandas sociais.

Sendo uma responsabilidade política, ela decorre tendo em vista os respectivos retornos, “pay offs”, o que justifica a necessidade de cooperar com a sociedade civil, aliás, a sua razão de ser; porque o processo de implementação de estratégias políticas confronta-se com uma diversidade de opções sociais que devem ser considerados.

O papel do Estado desta forma e pelo modelo de análise sistemático, reconhece-se pela sua necessidade de promover a cooperação com as diversas instituições sociais nas comunidades, negociando pelos seus interesses para o ajustamento estrutural dentro dos princípios que os padrões sócio-culturais específicos preconizam. O papel do Estado concorre para a gestão de diversas parcerias sociais, incluindo a das comunidades locais, sendo ele por si essencialmente a expressão da existência legal de uma relação de parceria entre os políticos e a sociedade. E o respeito às preferências das diversas instituições sociais que operam dentro do quadro legal, da Constituição, remete ao princípio da boa governação no contexto da democracia participada.

6.5 Conclusão

O envolvimento comunitário nas zonas rurais do qual o associativismo camponês representa uma das formas institucionais criadas sob influência socioculturais exógenas, não se confirma a sua total relevância para as estratégias de desenvolvimento sustentável local.

Do ponto de vista da sustentabilidade social das comunidades rurais, os dispositivos organizacionais geridos na base democrática promovem novos valores, na colaboração recíproca exercida na base dos princípios democráticos. A livre concorrência na escolha das preferências sociais e que decorre pelo processo de gestão das associações, desperta de certa forma o espírito empreendedor nos membros das comunidades, mas se ocorre dentro das normas que o contexto sociocultural confere.

A ausência de critérios construtivos de negociação na adopção dos novos valores como os que o associativismo propõe, remete à situações de conflito social por falta de acomodação dos diversos interesses, incluindo os subjectivos ao exercício de poder ao nível das comunidades locais.

Uma sustentabilidade do poder político nesta perspectiva, decorre pela capacitação dos órgãos locais do Estado, dependendo por um lado, da vontade política expressa pelos valores da democracia participativa, por outro, o reconhecimento dos diversos actores sociais, sobretudo aqueles que desempenham papéis de regulação social ao nível da base (líderes comunitários) sendo este o aspecto fundamental nas estratégias políticas de desenvolvimento local. Nesta base, o papel do Estado seria o de viabilizar a gestão das diversas parcerias (sociais, culturais e económicas), enquanto este por sua vez exerce-a em termos políticos na busca de justificações morais para a satisfação dos interesses sociais (Pedone, 1986:20/22).

CAPITULO VII: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 Conclusões

Considera-se ser prática comum em políticas públicas, a existência de conflitos de interesses no plano da governação, em que os esforços para a viabilização da sua satisfação dependem de mecanismos de participação (Pedone, 1986:37). Pois, a legitimidade de qualquer poder político decorre do seu mérito na identificação dos grupos alvos que, inseridos em diversas instituições sociais, reconhecem a pertinência de uma determinada escolha política (políticas e programas) na satisfação dos seus interesses.

O debate actual em torno das possibilidades reais de o sistema de “democracia liberal” proporcionar a satisfação de uma diversidade de interesses na sociedade, mostra que a sua contribuição é razoavelmente reconhecida pela possibilidade de ampliar as oportunidades de participação na escolha das preferências sociais, ou seja, uma maior negociação com os sectores sociais beneficiários das estratégias políticas.

Todavia, as principais limitantes resulta da fragilidade dos mecanismos de envolvimento participativo em determinados sectores sociais, ao que remete em termos de análise de políticas públicas para o modelo de “Escolha Racional,” e sendo a tendência das políticas públicas em Moçambique.

O contexto moçambicano que é identificado como fazendo parte das chamadas democracias emergentes, o seu principal desafio em estratégia política relaciona-se com a identificação dos grupos sociais relevantes para uma decisão estratégica, tendo em conta as condicionantes de ordem económica e sociocultural (Stancy, 1998:28). Este facto não permite a deslocação das preferências, dos actores políticos para os beneficiários dos “produtos políticos” (Bourdien, 1989:189), o que confirma de certa forma, a relevância do associativismo camponês como dispositivo social de participação, mas que pode ser equiparado aos de origem endógena nas comunidades locais como, “Epuépwere e Mukhumi”.

O associativismo camponês não é condição suficiente para uma escolha livre de preferências sociais por parte das comunidades locais. Em termos práticos, a sua forma organizativa baseada numa estrutura hierarquizada, bem como o seu funcionamento, reflecte ainda os moldes tradicionais de representação, cujo poder é exercido por alienação e com forte imagem simbólica(mitos).

Esta realidade constatada, limita as possibilidades de participação mais aberta e por igual em procesos decisórios, demonstrando que o associativismo nem sempre alcança uma decisão consensual e como opção da comunidade. Esta é a razão pela qual a experiência associativa mostra uma tendência de rejeição, mesmo nos casos em que foi consolidada como no distrito de Mucate, onde decorre pelo envolvimento directo dos líderes comunitários, em particular os tradicionais numa espécie de acomodação de determinados interesses. Esta prática permite porém, complementar pela gestão do associativismo as experiências locais de organização social, sobretudo daqueles que resulta do exercício da autoridade tradicional.

Constatou-se ainda que nos casos em que a articulação entre os protagonistas das novas iniciativas de organização comunitária (o Governo e ONG's estrangeiras) não permite um reconhecimento mútuo com aqueles que representam os interesse e valores comunitários, ou seja, que o projecto de cooperação ao nível da base torna-se inviável.

O associativismo camponês na percepção das comunidades rurais representa um novo compromisso no plano de exercício dos poderes locais, quebrando com as regras de legitimação das autoridades tradicionais. Contudo, a presença de incentivos canalizados pelos parceiros extra-comunitários alimentam a expectativa de que o associativismo poderá ser uma via para alcançar o desenvolvimento local na base de adopção de novos padrões socioculturais, razão pela qual a maior atracção ocorre nas camadas mais jovens. Em relação as mulheres, a sua fraca adesão se explica pela rigidez das suas obrigações sociais ainda ao nível das zonas rurais.

Nesta base, a primeira hipótese deste trabalho encontra uma resposta parcial, quanto a contribuição do associativismo camponês nos processos desenvolvimento comunitário, por

estimular os membros da comunidade para uma acção cooperativa, pois, ela depende de diversos condicionalismos, sobretudo os de ordem sócio-cultural e da vontade política.

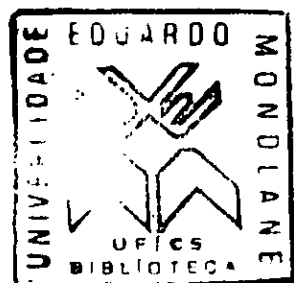
A sustentabilidade social de qualquer programa de desenvolvimento não será alcançável apenas pela presença de incentivos, ainda que estes sejam necessários; mas pelo reconhecimento do papel da cooperação mútuamente vantajosa, quer entre os membros da comunidade, como para com os parceiros extra-comunitários (o Governo e as ONG's), passando pelo respeito do quadro de valores sócio-culturais locais.

Entende-se por esta perspectiva que, o espírito empreendedor não resulta de uma simples aquisição do "Know How", mas e principalmente um produto de sinergias que decorrem de processos de interacção social entre diversos actores e numa base construtiva, ou seja, a parceria inteligente, "Smart Patnership," (Mahathir, 1997). A relação entre as condições socioculturais nas comunidades locais e as estratégias políticas, segundo propõe a segunda hipótese, não se enquadra ainda na perspectiva de parceria, mostrando uma atitude determinista por parte do Governo.

7.2 Recomendações

. A cooperação ao nível da base envolvendo as comunidades locais deve decorrer tendo em conta a diversidade das condições socioculturais, que certa forma condiciona o sucesso de qualquer programa ou projecto dos parceiros extra-comunitários.

. A intervenção do Governo através dos seus programas deve supor que a sua capacidade de elaboração em estratégias políticas representa apenas uma opção, tendo em conta os possíveis retornos (ganhos políticos). A concretização do desenvolvimento sustentável local somente será possível se as opções do Governo e outros parceiros extra-comunitários corresponderem as opções das comunidades locais e dentro do seu contexto sociocultural.



BIBLIOGRAFIA

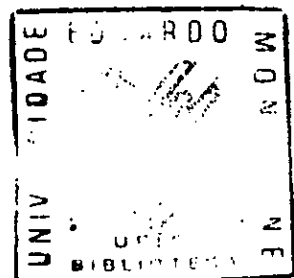
1. ABRAMHASON, H & Nilson, A 1996; The washington Consensus e Moçambique (a importância de questionar o modo de pensar ocidental sobre o processo de desenvolvimento no continente africano; ed. Padrigua Papea.
- 2- ADAM, Yussuf 1986; Cooperativização agrícola e Modificação das Relações de produção no período colonial (tese de licenciatura); Faculdade de letras, UEM.
- 3- BEAUDOUX, E. & NIEWKERK, M. 1985; Associações Camponesas em África. Ed. Grafica Euripam Lda., Lisboa.
- 4- BUTT, R. Freeman 1988; The moraliy of democratic citizen ship (Goals por civic Education in the Republic's Third Century; Ed. Center for civic Education, california).
- 5- BOURDIEU, Pierre 1989; O Poder Simbólico. Edições DIFEL, Lisboa.
- 6- CASTEL-Branco, Carlos Nuno 1995; Opções Económicas de Moçambique 1975-95 "In Mazula, Brazão 1995; Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento.
- 7- FRIEDMAN, John 1996; Empowerment: The Politica of Alternative Development. Ed. Blackwell, Cambridge.
- 8- FURTADO, C. 1964; Dialectica de Desenvolvimento; ed. Fundo de Cultura, Portugal.
- 9- FAWCETT, S.B.; White, GW, Balcazar, F. Suares-Balcazar, Yi Mathews, R. Paine, A., Seekin, T. & Smith, J. 1994; A Contextual-Behavioral model of empowerment (American Journal of community Psychology, 22, 471-496.
- 10- FERRINHO, Humero 1978; Cooperativas e Desenvolvimento Rural, Editora Clássica, Lisboa.

- 11-FRANCISCO, A. Alvaro 2001; Desenvolvimento Comunitário em Moçambique (Trabalho de Diploma, Mestrado, apresentado na Universidade R.J.).
- 12-FRANÇA, Júnia L.;BORGES, Stella M.; De Vasconcelos, Ana C. & MAGALHÃES, Maria H. De A., 1999; Manual para Normalização, Editora UFMG, Belo Horizonte.
- 13-HEEKS, Richard 1998; Information Sustersms for Public Sector Management; Institute for Development Policy and Management, University of Manchester.
- 14-MICOA; NEGRÃO, J. Couto, Mia; souto, Amelia e Sopa, António 1996; A participação das comunidades na gestão de recursos naturais, GTA Maputo.
- 15-MONDROS, J. D. & Zald, M.N. 1977; Organizing for power and Empowerment; ed. Columbia Press, new York.
- 16-PERKINS, Douglas D. & Zimmerman, Marc; "American Journal of Comnuity Psychology v 23 n-5 (Oct 1995); 569-579 ISSN: 0091-0562 number: 02752264, Copy Right.
- 17-PEDONE, Luiz 1986; Formulação, implementação e Avaliação de Políticas Públicas (in Lourespack de políticas públicas para 4º Ano (1998/1999) Vol. I; Semestre I; compilado por Siteo, S. UFICS/OGA.
- 18-SOIRI, Lina 1999; Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligações entre a descentralização e alívio à pobreza, Ed. ECDPM documento de reflexão H:13, Helsingin.
- 19- XAVIER, Ricardo 1998; Associativismo Agrícola e Crédito em Matutuine (Trabalho de Licenciatura); Faculdade de Agronomia, UEM

Fontes documentais

- Conselho de Ministros; Decreto Lei nº 15/2000 de 26 de Junho; autoridades Comunitárias; Boletim da República, I Série nº 24; Maputo.
- Constituição da República de Moçambique 1990: Maputo.
- CARE International; athmer, Gabrielle 1997; Financial Services Households (Projecto de Pescas artesanal em Nampula); Maputo.
- Conselho de Ministros; resolução nº 11/95 de 31 de Outubro sobre a Política agrária e Estratégia de Implementação (PROAGRI); MADER-Maputo.
- Comité Central da Frelimo 1977: Relatório ao II Congresso do Partido Frelimo; ed. Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- MADER; Wande, Adam 1996: "Bicho de sete cabeças" (informação para decisão, série de documentos; Maputo.
- MIGHT Consultation; MAHATHIR, Mahamad 1994: Smart Partnership; (WWW Global Knowledge org); Malásia.
- PNUD: Weimer, Bernhard 2000; Governação Democrática em Moçambique: 2002-2006 Estudos ocasionais, PNUD.
- PMUD: Monteiro, Óscar 2000; Governação Democrática em Moçambique: 2002-2006 "in administração Pública"; Estudos ocasionais: PNUD.
- UNESCO 1997; Governar a globalização (A política da inclusão: a mudança de responsabilidade compartilhada); ed. DEMOS, Brasília.

- USAID 1999; Participação na discussão de assuntos públicos ao nível local (relatório preliminar); ed. Austral consultoria e projectos lda., Maputo.
- USAID; SMITH, David R. 1999; Micro and small Enterprises in Central and northern Mozambique, Results of a 1998 Survey; Maputo.
- UEM: Departamento de História 1993; História de Moçambique Vol. 3, (Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961: Ed. Faculdade de Letras, Maputo.



Anexo 1.

**LISTA DOS ENTREVISTADOS ENTRE OS GRUPOS ALVOS E
INFORMANTES CHAVE**

- 1- Grupo misto (género) de associados da Associação Vida Nova, comunidade de Wathulua – Muecate.
- 2- Grupo misto (género) de associados da Associação de Machacula Sede-Muecate.
- 3- Grupo de associados (masculino) da Associação de Machacula “A”.
- 4- Grupo misto (género) de associados das Associações Santo Inácio e Errua (integrados no Fórum Associativo de Napala).
- 5- Grupo misto (género) de associados da Associação de Napala/Sede.
- 6- Grupo misto (género) de associados da comunidade de Chicamalala “B”
- 7- Grupo de membros da comunidade Soneni, distrito de Nacarôa.

Informantes chave.

1. Armando – Director Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural em Nacarôa.
2. Assanze: Gestor Sénior do programa Agriculture and Natural Resource Management/ Visão Mundial.

3. Benedito: Técnico de Extensão Rural da Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Nacarôa.
4. Beto: Supervisor de Extensão Rural pela Visão Mundial/ Muecate.
5. Estêvão: Chefe do Departamento de Extensão Rural no DPADER, Nampula.
6. Maurício: Director Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural em Muecate.
7. Mukhoma: Líder tradicional da comunidade de Soneni em Nacarôa.
8. Nampashere: Presidente da Associação de Wathulua, Mucate.
9. Napala (régulo Napala) /Posto Administrativo de Napala, Muecate.
10. Nawacha: Presidente do Fórum Associativo de Errua/Napala, Muecate.
11. Pedro; Chefe do Departamento de Economia Agrária em Nampula (substituto do Director Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural).
12. Walia: Líder tradicional da comunidade de Nchicamalala (Apuiamwene), Nacarôa.

Anexo 2.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é o modelo de orientação no processo de tomada-de decisão na governação em Moçambique (Racional, Institucional ou Sistémico)?
2. Quais são os valores políticos que orientam os principais actores no processo decisório (participação, autonomia, igualdade ou liberdade)?
3. Que mecanismos são utilizados pelo Governo na implementação de políticas e programas de desenvolvimento local?
4. Que instituições sócio-económicas de relevo são utilizadas pelas comunidades rurais na promoção do desenvolvimento sustentável local?
5. Quais são as limitantes e constrangimentos no funcionamento das instituições adoptadas pelas comunidades locais?
6. Que contribuição o associativismo camponês dá ao desenvolvimento da parceria comunitária como forma de cooperação ao nível da base?